SERNIC tenta mostrar trabalho depois de Nyusi dar sete dias

Detenções não colhem consensos e há suspeitas de se tratar de uma encenação

PAG: 04

Idosa de 66 anos e motorista de 64 apontados como mandantes dos raptos





Caem todos, menos a esposa do "chefe" Faustino e irmã do piloto do PR



É a ministra com mais escândalos, mas passou cinco anos a andar na chuva sem molhar Sistema de educação está um caos, com escolas às escuras, sem água e nalguns casos nem giz Pela primeira vez na história as crianças correm risco de fechar o ano sem livro escolar Mas seu esposo é secretário-geral da ACLIN e o irmão é piloto do Presidente da República

Depois de Nampula e Quelimane, a história repete-se em Inhambane

PRM desmente suposto atentado contra Venâncio Mondlane, mas o agente e a arma são da corporação PAG: 05



PUBLICIDADE



DESTAQUE EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024

Chissano defende "purga" de criminosos entrincheirados no seio da Frelimo

O antigo Presidente da República, Joaquim Chissano, reconheceu que há criminosos no seio da Frelimo, tendo, por isso, defendido que se deve tomar medidas contra os mesmos. "Não deve haver criminosos na Frelimo. E se os houver, é preciso tomar as medidas contra os criminosos". Por outro lado, o antigo estadista observou que o antigo ministro das finanças, Manuel Chang, deveria ter sido julgado intramuros, visto que a condenação ajudaria a limpar a imagem do país além fronteiras.



Ninguém mexe na esposa do "chefe" Faustino e irmã do piloto do PR

Caiu todo mundo menos a intocável ministra Carmelita Namashulua

É a ministra com mais escândalos, mas passou cinco anos a andar na chuva sem molhar Sistema de educação está um caos, com escolas às escuras, sem água e nalguns casos nem giz Pela primeira vez na história as crianças correm risco de fechar o ano sem livro escolar Mas seu esposo é secretário-geral da ACLIN e o irmão é piloto do Presidente da República

as últimas duas semanas, o Presidente da República, Filipe Nyusi, fez aquela que pode ter sido a sua última mexida no Governo, com a queda do ex-ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, e outros dirigentes de sectores estratégicos do Estado. Quem tem o dom de escapar e mais uma vez a sua incompetência não saltou aos olhos do Presidente da República é a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Carmelita Namashulua, que se mantém intocável, apesar dos inúmeros problemas em que está mergulhado o seu sector e a manifesta incapacidade de resolver a crise do livro escolar, numa altura em que, pela primeira vez, em cerca 50 anos da independência nacional, os alunos correm risco de terminar o ano sem os manuais de distribuição gratuita, para além da já crónica falta de orçamento nas escolas que faz faltar material didático, a ponto de às vezes sequer haver giz para leccionar. A estes problemas juntam-se os cíclicos erros nos manuais escolares, a falta de pagamento de horas extras e facturas de água e energia, que para além de deixar várias escolas às escuras degradou as condições de higiene individual e colectiva, levando ao encerramento das casas de banho e ou obrigando os alunos a trazerem o precioso líquido em bidões de casa para poderem aliviar suas necessidades biológicas. Apesar deste quadro aterrador, a ministra deste pelouro continua de pedra e cal, desafiando toda a lógica de boa gestão. No entanto, uma análise mais profunda, destapa relações que podem estar a influenciar na tomada de decisão por parte do Presidente da República. É que, Evidências apurou, para além de ser esposa do secretário-geral da ACLIN, um dos membros mais influentes da Frelimo, a ministra Namashulua é parente próxima do piloto particular do Presidente Nyusi.

Evidências



Pela primeira vez em 50 anos de independência, as crianças do Ensino básico correm o risco de terminar o ano sem o livro escolar. Quando já está à espreita o terceiro e último trimestre, as crianças, que agora estão de férias, ainda não receberam os manuais de distribuição gratuita, o que tem estado a comprometer o

processo de Ensino e aprendizagem.

A falta dos manuais, cujo ministério vem prometendo desde o início do ano, mas sem nunca cumprir, está causando preocupação não só dos pais e encarregados de educação, como também dos educadores (professores e directores das escolas).

A falta acontece num ano em que foram introduzidas novas alterações curriculares, o que comprometeu a capacidade dos professores seguirem com o currículo estabelecido e prejudicou a qualidade do ensino, obrigando-os a improvisar com materiais alternativos e estratégias pedagógicas não planeadas.

Pais e encarregados de educação se mostraram preocupados com o impacto dessa lacuna na educação de seus filhos, temendo que o atraso nos conteúdos possa reflectir em um desempenho académico a longo prazo.

Inúmeras promessas e descarregamentos de livros que nunca chegaram

Após inúmeras promessas de distribuição dos livros escolar nas EP1, o governo moçambicano, através do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH, garantiu, nos finais de Julho 24.07, que já estão disponíveis os livros escolares, pelo menos para a segunda classe, enquanto as outras classes do nível básico continuam no aguardo.

A novidade foi avançada pelo porta-voz do MINEDH, Manuel Simbine, em uma conferência de imprensa, na capital do país, Maputo, tendo afirmado que os mesmos já estão a ser descarregados no Porto de Maputo e, ao longo dos próximos dias, seriam distribuídos nas escolas.

"Em relação aos livros, queríamos informar que os livros da segunda estão a chegar. Iniciou agora o processo de descarregamento no porto de Maputo e, nos próximos dias, poderemos ter melhor informação para partilhar porque é preciso recolher os dados. É preciso ir ao terreno. O importante é que os livros já chegaram", garantiu Simbine.

Na Escola Primária 03 de Fevereiro, localizada na capital do país, o impacto da falta dos livros foi imediatamente percetível. Entrevistada pelo Evidências, a directora da escola, Custódia Zucula, disse que, devido à falta de livros, a escola viu-se na obrigação de improvisar para minimizar possíveis impactos no desenvolvimento dos petizes.

"Foi um desafio enorme, mas acredito que no próximo trimestre teremos situação regularizada porque os livros

Não recebemos livros, mas dizem que já estão no país. Isso prova que á não temos esperança nem futuro em Moçambique porque a educação já é péssima, e como sabem os professores são os mais desprezados neste país...

já estão no país, conforme o ministério disse há dias. Felizmente, enquanto não se disponibilizavam os livros, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano disponibilizou os cadernos de exercícios para as primeira e segunda classe", lamentou esperançosa.

"A situação é muito caótica, não é só a situação dos livros, tudo anda mal"

Continua na pag 03

"Boss Navara" condenado a 27 anos de prisão e 16 de multa

O Tribunal Judicial da província de Maputo condenou, na última semana, Ernesto Valoi, sobejamente conhecido por "Boss Navara", a 27 anos de prisão, 16 anos de multa e 11 milhões de indemnização ao Estado, e perda de bens no valor de 9 milhões e favor do Estado. Por outro lado, a juíza condenou ainda o seu comparsa Paulo Zucula a 24 anos de prisão e 16 anos de multa, 4 milhões de indemnização a favor do Estado e perda de bens no valor de 17 milhões a favor do Estado.



Continuação da pag 02



Os professores da mesma escola, por sua vez, mostraram-se desiludidos com o sistema e descreveram a situação de caótica, não só por causa da falta de livro escolar, como também de outras condições de ensino e aprendizagem.

"Nós estamos a trabalhar porque não podemos deixar as nossas crianças abandonadas. Temos criado condições para avançar com o nosso trabalho, que é na verdade uma missão para nós. A situação é muito caótica, não é só a situação dos livros, tudo anda mal", disse indignadamente Belarmina Alexandre, professora da segunda classe.

Para a professora Lurdes Pale, da primeira classe, não está a ser fácil trabalhar sem livro, e conta que se viram obrigados a recorrer aos manuais descontinuados para garantir que os alunos de primeira viagem tenham um primeiro contacto com a escola menos traumatizante.

"Nós estamos a trabalhar à nossa maneira para os meninos não ficarem sem orientação, até aqui tentamos avançar com o livro descontinuado (reprovado) e apenas escrevíamos nos cadernos para lhes orientar. Nas classes iniciais, as crianças devem ouvir e acompanhar as imagens do livro, e isto pode afectar as crianças futuramente porque não é fácil trabalhar nessas condições. Para além do livro, não se diz nada sobre o material didático", lamentou.

Confrontados, os alunos contam que é difícil continuar a aprender como deve ser porque devem partilhar os manuais dentro das salas, e poucos dispõem.

"É difícil porque na minha sala não temos muitos livros, e para a professora dar aulas temos que sentar em grupos porque os livros não chegam para todos. Outros não fazem TPC porque não têm livro", disse a pequena Kiana Rafael, aluna da sexta classe.

Facto que foi secundado por Mário Welton, aluno da terceira classe: "Nós não temos livros, a professora às vezes nos manda fazer cópias e desenhar. Às vezes vou à casa do meu colega para fazer. Mas disseram que vamos ter".

Livros dos anos passados usados para suprir falta de manuais da 3ª a 6ª classe

A situação da Escola Primária Completa 03 de Fevereiro se replica em vários pontos do país. Na Escola Primária Completa do Alto Maé, por exemplo, para além da demora na distribuição dos livros, os professores lamentaram o facto de os livros dos anos passados estarem degradados, alguns sem páginas ou mesmo parcialmente destruídos.

"Os livros que nós temos são esses que estás a ver. Não têm capa, não têm páginas completas, só usamos porque não temos como. Não é fácil trabalhar nessas condições, os alunos não têm como desenvolver e ter bons resultados porque a escola não tem condições de os preparar", disse uma professora da quarta classe que preferiu não se identificar.

Enquanto isso, outro professor que também preferiu não se identificar questionou o país em que estamos, o governo que temos e o futuro da educação, desde alunos até ao corpo docente.

"Não recebemos livros, mas dizem que já estão no país. Isso prova que já não temos esperança nem futuro em Moçambique porque a educação já é péssima, e como sabem os professores são os mais desprezados neste país. Cada dia que passa a educação perde valor e isso afecta os nossos filhos. Para onde é que vamos, afinal? Em que país estamos? Isso não é normal. Não vou falar do material didático, porque isso é um outro assunto

que não dizem e já estamos acostumado", lamentou.

Apesar dos constrangimentos, o director de uma das escolas da capital do país, que não se quis identificar, afirmou que as aulas decorrem normalmente porque souberam se adaptar e treinar os professores para melhor actuação.

"O problema do livro não é de hoje, mas mesmo assim conseguimos nos adaptar para continuar com as nossas actividades. Preparamos os professores para reforçarem sua atenção e paciência, mas de qualquer modo as aulas continuam e estão a decorrer, não esperamos pelo Ministério da Educação para continuarmos com o nosso trabalho porque esse problema é de longa data", disse mostrando determinação.

O director da Escola avançou ainda que do MINEDH a escola recebeu apenas livros da primeira classe, que também não foram suficientes, e para a segunda classe apenas receberam livro-caderno, e da terceira a quarta classe usam-se livros dos anos anteriores.

"Recebemos os livros, mas ainda continuamos a redobrar esforços para que tudo corra num bom ritmo. A escola recebeu os livros, mas não completos. Da primeira classe, por exemplo, não recebemos todos os livros, da segunda classe recebemos os caderno-livros, que são para orientar os alunos. Já as restantes classes, falo de terceira à sexta classe, temos livros suficientes dos anos passados", explicou.

Os pais também estão preocupados com a situação. Ana da Silva, mãe de um aluno da 2ª classe, expressou sua frustração.

"É triste ver que, enquanto em outras escolas privadas as crianças têm todos os recursos necessários, na Escola Primária completa de Mumemo, onde estuda o meu filho, ainda não receberam livros. Para meu caso, tive que comprar os livros e apostar num explicador para que não seja prejudicado", lamentou

Por seu turno, William, residente no bairro de Muhalaze, Município da Matola, também partilhou o drama de quem tem os seus filhos na escola pública.

"Tive que tirar meus filhos daquela escola de Muhalaze porque a situação não é das melhores. A escola não oferece condições para nada. Os meninos estudam fora, não têm livros, não têm carteiras. Mudei minhas prioridades para apostar no ensino privado, porque no público é um desastre", lamentou.

Uma ministra intocável

Apesar dos inúmeros problemas relatados e visíveis a olho nú, a ministra que desde que assumiu o poleiro em 2020 o sector vai de mal a pior, nunca foi mexida e não há histórico de alguma vez ter recebido alguma advertência do Presidente da República, Filipe Nyusi, que num passado não muito distante destituiu ministros por alegadamente não estarem a dar conta do recado.

Amade Miquidade e Arsénia Massingue, no ministério do Interior, são disso exemplo. Não sobreviveram a uma aparente falta de capacidade de resolver o gritante problema dos raptos no país. Recentemente, após a queda do ministro Max Tonela, corredores oficiais fizeram passar a ideia de que caira porque tinha uma folha de pecados bastante extensa, que ia desde a incapacidade de resolver os gritantes problemas da TSU ao congelamento de pagamentos.

No entanto, se a mão de Filipe Nyusi consegue ser pesada para alguns membros do seu governo, parece que não a consegue tirar do lugar no caso da ministra Carmelita Namashulua. Apesar dos inúmeros problemas desde a crise histórica do livro escolar, falta de orçamento nas escolas, escassez de material didático, cíclicos erros nos manuais escolares, a falta de pagamento de horas extras e facturas de água e energia, que para além de deixar várias escolas às escuras degradou as condições de higiene individual e colectiva, levando ao encerramento das casas de banho e ou obrigando os alunos a trazerem o precioso líquido em bidões de casa para poderem aliviar suas necessidades biológicas, continua no cargo de pedra e cal.

A falta de coragem para remover aquela que foi das ministras mais improdutivas e contestadas do seu segundo mandato pode dever-se ao facto de ser esposa de nada menos, nada mais que o poderoso Fernando Faustino, secretário-geral da ACLIN, que curiosamente nos últimos tempos tem sido manso às maquinetadas de Filipe Nyusi e seu grupo, tendo transformado a ACLIN, de um grupo antes temido, em mais um coral de hossanização do líder.

Mas, mais do que ser esposa do todo poderoso secretário-geral da ACLIN, Carmelita Namashulua é irmã do piloto pessoal Presidente da República, que geralmente voa usando o seu jacto privado pelo país e nalguns países da região.

DESTAQUE

EVIDÊNCIAS

20 DE AGOSTO DE 2024

Desconhecido roubam material informático do STAE em Inhambane

Desconhecidos roubaram, na última semana, material informático no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, no distrito de Inhassoro, província de Inhambane. O Director Provincial do STAE naquele ponto do país revelou que o material subtraído não tem ligação com o processo eleitoral. "Levaram dois computadores, duas impressoras e dois cabos. Este material é apenas administrativo e não tem a ver com o processo eleitoral", disse César Silva.



SERNIC tenta mostrar trabalho depois de Nyusi dar sete dias

Elementos de detenção não colhem consensos e há suspeitas de se tratar de uma encenação

Depois de mulher de 66 anos, SERNIC deteve advogado Ercílio Machava sem nenhum mandato O assunto criou nervosismo na OAM e é interpretado como um atentado à classe

Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) deteve, semana passada (13), uma mulher de 66 anos, de nome Ana Paula, e um motorista de 64 anos, cujo nome não conseguimos apurar, por alegado envolvimento em crimes de rapto. Dias depois, no sábado (17), deteve o advogado da suposta mãe do mandante, Ercílio Machava, que se veio a ser solto na tarde desta segunda-feira. O Jornal apurou que, afinal, as detenções são produto de rastreio de contas e pagamentos feitos dentro do sistema financeiro formal. Ana Paula é mãe de Omargi Ibarimo, que reside em Portugal, e abandonou Moçambique há dois anos depois de escapar de uma suposta tentativa de rapto próximo a sua residência em Maputo, tendo, ao que apuramos, deixado cheques assinados na guarda da mãe. Os mesmos vinham sendo usados, segundo a arguida, para "pagamentos de materiais de construção das obras em curso". Estes pagamentos eram feitos pelo motorista, em valores que não excediam um milhão de meticais por mês. A arguida era defendida por Ercílio Machava que acabou sendo detido sem nenhum mandado, o que está a gerar nervosismo por parte da classe dos advogados.

Evidências

O Serviço Nacional de Investigação Criminal (SER-NIC) deteve, esta terça-feira (13), uma mulher de 66 anos de idade. Ela é mãe de Omargi Ibraimo, um jovem empresário agora residente em Portugal e próximo do círculo de Nini Satar, conotado como ex-genro da mulher ora detida. Junto da mãe de Omargi, foi detido o motorista. Aliás, o primeiro a ser detido foi o motorista, de 64 anos de idade, que teria feito a referência de que quem lhe entregava cheques era a senhora para fazer pagamentos sob instrução do filho.

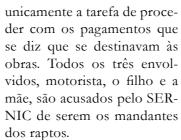
De acordo com uma fonte róxima do processo, Omargi Ibraimo é um jovem empresário, que embora residente em Portugal, que nos últimos dias tem sido um dos destinos dos empresários de ascendência asiática, que devido a insegurança, tem naquele país um dos destinos seguros, continua a manter negócios no país. É de Dubai, Portugal e África do Sul que alguns empresários que fugiram do país, controlam os seus negócios.

Segundo relatou a detida e

que é corroborado por fontes familiares, Omargi deixou cheques assinados com

Eu que participei no interrogatório da minha esposa, vi que os próprios agentes do SERNIC não apresentaram nenhuma prova, nem indícios, e nem evidências que a minha esposa e meu filho estão envolvidos nos raptos. Mesmo as pessoas do SERNIC sabem disso.

a mãe, que alegadamente os preenchia e entregava ao motorista para fazer pagamentos. Ao motorista cabia



O desabafo do marido da suposta mandante que tivemos acesso, manifesta o desespero do mesmo, que acredita que tudo não passa de insinuações lamentáveis.

"Eu que participei no interrogatório da minha esposa, vi que os próprios agentes do SERNIC não apresentaram nenhuma prova, nem indícios, e nem evidências que a minha esposa e meu filho estão envolvidos nos raptos. Mesmo as pessoas do SER-NIC sabem disso", desabafou Ibraimo, destacando que o SERNIC e a Procuradoria deviam concentrar-se em trazer os verdadeiros mandantes, pois, no seu entender, é vergonhoso prender uma mulher de 66 anos e um motorista de 64 anos.

Advogado solto depois da intervenção de Tribunal

Os três vinham sendo

defendidos pelo advogado Ercílio Machava, que, no entanto, também acabou detido e mantido sob cárcere, no Lingámo, na Matola, até por volta das 15 horas desta segunda-feira.

A detenção de Ercílio Machava criou uma revolta no seio da OAM, "por que foi ilegal. E foram fazer buscas em casa do advogado, sem que tivessem qualquer mandado judicial", disse uma fonte. Segundo a mesma, a prisão de Ercilio Machava pode estar relacionada com o facto de que quando prenderam Ana Paula, o advogado teria exigido a mandado de captura e estes não exibiram, e por isso teria ameacado processar o SERNIC. Foi daí que se criaram desavenças.

Na audiência que devia legalizar a sua prisão, foi defendido por Flávio Menete, antigo bastonário da Ordem dos Advogados, e acabou sendo liberto. Entretanto, Menete se recusou comentar, com argumento de que "não me pronuncio de processos que estejam na minha mãe. OAM é que está a tratar desses assuntos, não comentou assuntos processuais em mi-

nhas mãos com a imprensa", Flávio Manete.

São detenções que ocorrem depois de um fogo cruzado entre o líder da comunidade muçulmana, Nazir Loonat, que acusou abertamente o Governo e a polícia de estarem envolvidos directamente nos sequestros, devido a inércia comprovada. O ministro do Interior, Pascoal Ronda, veio a público acusar que Nazir Loonat estava emocionado.

As declarações de Pascoal Ronda revoltaram ainda mais a comunidade, que não se mostra convencida de que de facto está-se diante de cabecilhas, havendo até quem diz tratar-se de uma encenação em tempos eleitorais.

Ademais, essas detenções surgem depois de Presidente da República, Filipe Nyusi, exigir a apresentação pública de pelo menos um mandante dos raptos, e já fora do tempo, o SERNIC convida uma conferência de imprensa, onda apresenta uma senhora dos seus 66 anos de idade e um motorista de 64 anos de idade como os cabecilhas de raptos que assolam o País há mais de 12 anos.



EUA alertam que corrupção afecta clima de investimentos em Moçambique

De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, a corrupção, a degradação de infra-estruturas e altas taxas de juros constituem alguns dos principais desafios que afectam o clima de investimentos em Moçambique. Por outro lado, os EUA apontam para os baixos níveis de educação e a contínua presença de insurgentes ligados ao Estado Islâmico na província de Cabo Delgado como outros factores que dificultam a realização de investimentos.



Depois de Nampula e Quelimane, a história repete-se em Inhambane

PRM desmente suposto atentado contra Venâncio Mondlane

Vahanle e Manuel de Araújo também relataram episódios similares em 2023 Polícia sempre alegou que agentes à paisana têm missão de garantir segurança

enâncio Mondlane denunciou, no domingo, 18 de Agosto, um alegado atentado contra a sua vida no distrito de Zavala, província de Inhambane. Segundo o candidato independente à Presidência da República, um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM), munido de uma arma de fogo, acompanhou a marcha que fez naquele ponto do país supostamente com propósito de assassiná-lo, mas tal não aconteceu devido à pronta intervenção dos seus seguranças. Na sua versão dos factos, o Comando Provincial da PRM, em Inhambane, desmentiu as acusações de Venâncio Mondlane, tendo referido que o agente da lei e ordem foi destacado para proteger a passeata. Trata-se de um incidente recorrente, tendo sido registado no ano passado em eventos similares ocorridos contra Paulo Vahanle, em Nampula, e Manuel de Araújo, em Quelimane, sendo que a polícia sempre apresentou a mesma justificação.

Duarte Sitoe

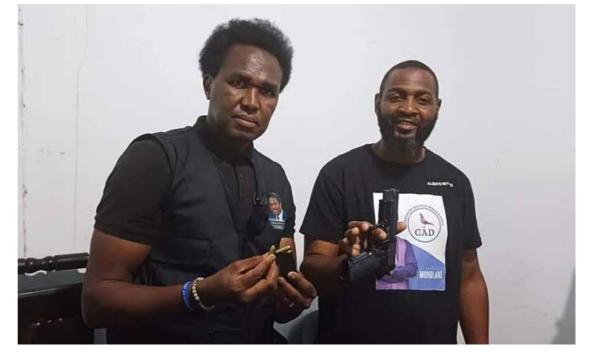
De acordo com Venâncio Mondlane e membros da delegação da Coligação Aliança Democrática (CAD) na província de Inhambane, um agente da Polícia da República de Moçambique, que responde pelo nome de Hélder Cossa, delgado se apercebeu do comportamento estranho do agente da corporação liderada por Bernardino Rafael fez questão de perguntar o que estava por detrás daquele modus operandi, sendo que o mesmo partiu para ameaças.

O Comando Provincial referiu que Hélder Cossa é agente da PRM e que foi destacado para acompanhar a passeata de Venâncio Mondlane, uma vez que a CAD solicitou protecção para VM nos distritos da província, sendo que para o efeito activou várias linhas operativas, tendo, por isso, alocado agentes à paisana.

colocou-se por detrás da linha de segurança de Venâncio Mondlane e ao longo da marcha empurrou o delegado província.

A CAD e o candidato por si apoiado referem que quando o

"O delegado, notando que se tratava de uma atitude estranha, sinalizou para a segurança privada de Venâncio Mondlane. Um dos seguranças aproximou-se discretamente e ia controlando os movimentos



do guarda estagiário. A dado momento, o Guarda estagiário, Hélder Cossa, tenta furar a barreira de segurança para se aproximar bruscamente do candidato. Nesse exacto momento, a segurança imobiliza o guarda estagiário e notam que trazia uma arma com 15 balas no carregador. A arma foi arrancada do indiciado e ficou na posse da delegação da CAD em Quissico. Ressaltar que o visado quando imobilizado e sentindo-se aflito grita com uma declaração suspeita: fui mandado para ser segurança do candidato", aponta o comunicado da Coligação Aliança Democrática.

Ainda na sua explanação sobre o suposto atentado frustrado, a CAD revela que o agente da lei e ordem foi levado para o Comando Distrital, onde o comandante local ignorou a lei e pautou por um discurso moralista.

"Estando a arma na posse da delegação, neutralizado o guarda que queria fazer o atentado, uma hora depois aparece um contingente da polícia com um superior hierárquico a pedir a devolução da arma. Venâncio Mondlane e parte do pessoal da segurança e da delegação, recusaram-se a entregar a arma no local da imobilização, tendo afirmado que o fariam no Comando Distrital ou na esquadra próxima", sublinhou.

Venâncio Mondlane, que

prestou declarações logo a seguir ao incidente, denunciou que enquanto ele e sua delegação prestavam depoimento ao procurador, o suposto agressor fugiu sob olhar impávido das autoridades policiais.

PRM diz que agente à paisana visava garantir segurança da passeata

Na sua versão dos factos, a Polícia da República de Moçambique ao nível da província de Inhambane desmentiu as acusações de Venâncio Mondlane e da Coligação Aliança Democrática.

O Comando Provincial referiu que Hélder Cossa é agente da PRM e que foi destacado para acompanhar a passeata de Venâncio Mondlane, uma vez que a CAD solicitou protecção para VM nos distritos da província, sendo que para o efeito activou várias linhas operativas, tendo, por isso, alocado agentes à paisana.

Ainda na tentativa de limpar a imagem da corporação, a Polícia da República de Moçambique em Inhambane deplorou os textos e fotos divulgadas pela CAD e Venâncio Mondlane nas redes sociais.

"Os membros da CAD neutralizaram o agente, arrancaram a sua arma, fizeram fotos e textos e espalharam nas redes sociais, dizendo que se tratava de um atentado a Venâncio Mondlane, o que não é verdade", sublinhou.

Esta não é a primeira vez que é reportado um incidente similar com um candidato da oposição. A 22 de Agosto de 2023, dia em que a autarquia celebrava 67 anos de elevação à categoria de cidade, o então edil de Nampula, Paulo Vahanle também denunciou um suposto atentado, quando um agente da PRM foi encontrado no meio da multidão que acompanhava o comício com uma arma de fogo. Também foi neutralizado e a sua arma foi arrancada, sendo dias depois entregue à polícia. Curiosamente sua arma também continha 15 munições.

Duas semanas depois de Paulo Vahanle, Edil de Nampula, ter denunciado uma tentativa frustrada de o assassinarem, o presidente do Município de Quelimane, Manuel De Araújo, denunciou uma suposta tentativa frustrada de assassinato, também alegadamente protagonizada por agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), num comício.

Nestes dois incidentes, a PRM também alegou que tratava-se de agentes a paisanas destacados para proteger aqueles dirigentes da Renamo. No entanto, a polícia nunca deixou clara a razão porque os assegurados não têm conhecimento desta protecção à paisana.

Gondola promete mão dura aos institutos técnicos ilegais

O Secretário de Estado do Ensino Técnico-Profissional, Mety Gondola, prometeu levar à justiça todos os Institutos Técnicos Profissionais que operam ilegalmente no país. "Ladrão tem que ser tratado como ladrão. Se você abre uma instituição sem autorização, está a fazer mais do que roubar, está a enganar as pessoas. Nós temos de encerrar essas instituições e parar por aí?, o proprietário deve ser responsabilizado criminalmente, isso já é assunto da procuradoria", disse Mety Gondola.



Por desconfiança de que possa se tratar de mais uma "bolada de fim-de-ciclo"

Sociedade civil defende que decisão da concessão do Porto de Nacala deve ir ao debate na AR

CIP desconfia que se possa abrir um burraco igual ao das dívidas ocultas Decisão "poderá ser danosa para o país e sobretudo, para o próximo Governo"

Presidente da República, Filipe Nyusi, revelou, na última semana, que uma parte do Porto de Nacala, localizado na província de Nampula, poderá ser gerida nos próximos tempos pelo Governo malauiano. Segundo o Chefe de Estado, esta decisão visa facilitar as transacções comerciais daquele país. No entanto, o Centro de Integridade Pública (CIP) entende que a concessão do Porto de Nacala devia ser discutida na Assembleia da República por questões de transparência, visto que o actual Governo que está a quatro meses de terminar o mandato deve praticar actos de mera gestão. Por outro lado, aquela organização da sociedade civil, que aponta que a concessão do Porto de Nacala poderá ser danosa para o país, sobretudo para o futuro governo que sair das eleições que se avizinham, observa que a ausência de legislação para regular este tipo de situação pode colocar em causa a defesa e prossecução do interesse público.

Duarte Sitoe

Moçambique vai concessionar uma área, no porto de Nacala, na província de Nampula, que servirá de terminal de cargas importadas pelo Malawi. De acordo com o Presidente da República, a medida visa dar melhor resposta aos desafios que se colocam no transporte de carga para aquele país vizinho, bem como descongestionar o movimento de camiões.

No entanto, em representação

da sociedade civil, o Centro de Integridade Pública olha com alguma desconfiança para decisão do Executivo, defendendo, por isso, que a concessão do Porto de Nacala ao Malawi devia ser antecedida de debate na Assembleia da República.

"A concessão de parte do porto de Nacala ao Malawi, que já se acha prevista, não deve acontecer sem que seja antecedida de amplo debate nacional. Um dos actores



centrais deve ser a Assembleia da República (AR), mesmo reconhecendo as fragilidades deste órgão na discussão de assuntos estruturantes para o país. O debate deverá servir para aferir da viabilidade da concessão nos moldes que se pretende que aconteça. Outrossim, é extemporâneo que a concessão aconteça já no final do actual ciclo governativo, mesmo considerando que as negociações para o efeito aconteceram durante o período de governação do Presidente Filipe Jacinto Nyusi (FJN)1. É que por questões de transparência, não existe qualquer razoabilidade para o efeito, acrescido o facto de, neste momento, o actual Governo dever praticar so-

mente actos de mera gestão, rigorosamente", refere o CIP.

No entender daquela organização da sociedade civil, a decisão do actual Executivo poderá ser danosa para o país e, sobretudo, para o próximo Governo.

"É de recordar que o escândalo das dívidas ocultas também aconteceu entre os anos de 2013 e 2014, já no final do segundo e último mandato do então presidente Armando Emílio Guebuza, o que acabou onerando o governo que se seguiu, liderado por Filipe Nyusi. O novo governo teve que gerir as ilicitudes do processo. Portanto, Nyusi pode pretender numa situação de enfraquecimento do escrutínio sobre

o seu governo, uma vez que a AR está fora do exercício de funções e o país tem as suas atenções viradas para o processo eleitoral, fazer aprovar uma concessão que poderá ser danosa para o país e, sobretudo, para o futuro governo que sair das eleições que se avizinham".

Por outro lado, ainda sobre a decisão do Chefe de Estado, apoiando-se na contratação das dívidas ocultas, o Centro de Integridade Pública defende que o país deve legislar no sentido de criar directrizes para que exista um maior escrutínio dos actos praticados por governos em final de mandato.

"A necessidade de existir legislação para regular este tipo de situação fundamenta-se, também, no facto de não existirem, em países com Moçambique, mecanismos eficazes e obrigatórios de prestação de contas, em casos de não serem seguidos, podem levar a que determinados actos do Governo e outras entidades públicas, em determinados períodos, não possam ser realizados, se não em casos comprovados em que esteja em causa a defesa e prossecução do interesse público", defende.

Varíola de Macaco: ainda não há motivo de alarme

MISAU assegura que Moçambique ainda não registou nenhum caso, mas redobrou vigilância

Ministério da Saúde (MISAU) garantiu que o país ainda não registou nenhum caso da varíola dos macacos, também designada por "Mpox", recentemente declarada pela Organização Mundial da Saúde como emergência de saúde no continente, por essa razão não há ainda necessidade de declaração de estado de emergência nacional. Entretanto, manifestou preocupação em relação à ocorrência significativa de sarampo e cólera em alguns pontos do país.

Elísio Nuvunga

Com base no aumento do número de casos em Àfrica, óbitos, alastramento geográfico e surgimento de nova variante do vírus, o Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (África CDC) declarou no dia 13 de Agosto de 2024 a Mpox (variola de macacos) como uma Emergência de Saúde Pública para a Segurança Continental.

Apesar desta situação, o Estado moçambicano não declarou estado de emergência pelo facto de até agora não ter sido acusado nenhum caso da doença, apesar de países vizinhos como África do Sul já terem reportado ocorrências. No entanto, o MISAU assegura que há condições para travar o vírus.

"Em Moçambique, não temos casos actualmente, não declaramos uma emergência, porém elevamos o nível de alerta, para permitir realizar acções de preven-

ção e preparação", disse Quinhas Fernandes, director Nacional de Saúde Pública.

Quinhas assegurou também que há pelo menos duas vacinas licenciadas em alguns países, porém ainda não são recomendadas campanhas em massa, sendo por isso destinadas para grupos de risco, como "pessoas imuno-comprometidas e profissionais de saúde", por exemplo.

Enquanto o pior não se aproxima, o Ministério Saúde diz estar a elaborar o plano de prontidão e resposta para, em casos de possível ocorrência no País, fortalecer a capacidade laboratorial para testagem, acções de comunicação de risco entre várias medidas.

De Janeiro de 2023 até agora, foram registados em África 537 óbitos em resultado dos 15 600 casos da Mpox, por Quinhas reitera a dobrar as vias de precaução.

"Temos que evitar o contacto

físico com pessoas infectadas pela Mpox, ou as suspeitas. Temos que garantir que as pessoas que cuidam dos pacientes tomem todo o cuidado para que não tenham um contacto directo. É preciso evitar um contacto com os animais que eventualmente estejam contaminados e desinfectar todas as superfícies que tenham entrado em contacto com algum fluido de um paciente infectado".

Segundo o director nacional de Saúde Pública, o país está preparado para responder ao diagnóstico da doença, em caso de suspeitas.

A Mpox é endémica em 11 países da África Ocidental e Central, nomeadamente, República Democrática do Congo, Camarões, República Centro Africana, Benin, Gabão, Ghana, Costa do Marfim, Libéria, Nigéria, Serra Leoa e Sudão do Sul.

De acordo com Quinhas Fernades, neste momento a maior

preocupação de saúde pública é o sarampo e cólera. Foram registados 238 casos de sarampo, de 09 de Julho a 14 de Agosto, que levaram à morte de 18 pessoas em Cabo Delgado.

A eclosão do surto do Sarampo em Cabo Delgado e Niassa deve-se, em parte, à fraca vacinação contra a doença, onde mais de 48% dos infectados não foram abrangidos pelo processo. De todos os casos notificados em Cabo Delgado, acima de 90% foram em menores de 15 anos e cerca de metade (48%), ocorreram em crianças sem vacinação para o Sarampo.

No que respeita à cólera, desde 01 de Outubro de 2023 a 15 de Agosto do presente ano, o país registou um total de 16.544 casos de cólera, 38 óbitos (taxa de letalidade de 0.2%). Com excepção de Maputo Cidade, Gaza e Inhambane, todas as outras províncias registaram casos da doença.

Registro: 011/GABINFO-DEP/2020

DIRECÇÃO | REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida 24 de Julho; nº 4318; 1º andar esquerdo; Cidade de Maputo

DIRECTOR:

Nelson Mucandze | 84 6198544 | mucandze@evidencias.co.mz

EDITOR:

Reginaldo Tchambule | 828683866 | r.tchambule@evidencias.co.mz

ADMINISTRAÇÃO:

Ângela Fortunato

| admin@evidencias.co.mz Contacto: +258 840401038 |

COMERCIAL:

comercial@evidencias.co.mz Contacto: +258 840401038 |

REDACÇÃO

Email: redacao@evidências.co.mz

JORNALISTAS: Duarte Sitoe e Aldo Matsinhe |

REVISOR: Wells Matsinhe | **EXPANSÃO**:

Edmilson Mate Cell: 847574905 |

CORRESPONDENTES: Beira - Jossias Sixpence | Nampula – Francisco Máquina, Pemba - Adolfo Manuel

COLUNISTAS EFECTIVOS: Luca Bussotti,

Estevão Chavisso, Felisberto Botão, Alexandre Chiúre, Teodósio Camilo

Propriedade de:



Numero de Registro de Entidade Legais: 101353478

Intolerância política em tempos de transição: Até que ponto Chapo tem palavra activa?

A escassos dias da campanha eleitoral, que já se inicia próxima semana, já se fazem ecoar as tradicionais perseguições próprias da nossa democracia que se nega a um jogo eleitoral limpo, consciente e despido de manchas de intolerância nessa pequena diversidade política, que nos é característico aqui no índico.

Apesar de estarmos diante de novos actores na corrida, como são os casos de Daniel Chapo e Venâncio Mondlane, a destacarem-se cada um com uma aparente singularidade na forma de se projectar, os recentes indicadores de intolerância política (perseguição e vitimização), remetem-nos às velhas queixas, o que sugere, a princípio, que a relevância dos candidatos por mais rica que seja, é reduzida pelo sistema, preso no tempo em que recebia voto pela sua relevância histórica ou a troco de capulana.

O alegado atentado contra a vida de Venâncio Mondlane, em Inhambane, por suposto agressor que estava na plateia curiosamente com uma máscara de proteção respiratória e um boné, como quem visava esconder a cara, pode ser o indicador da velha intolerância política e expõe ignorância total em relação ao perfil do novo eleitor, que além de apostar nos manifestos, é sensível às vítimas (ou supostas) do poder político dominante.

No ano passado, episódios similares aconteceram com Paulo Vahanle, em Nampula, e Manuel de Araújo, em Quelimane. Na ocasião, a PRM justificou tratar-se de agentes à paisana que visavam proteger aqueles dirigentes ou candidatos da Renamo. Se o objectivo é proteger, porque o assegurado não é previamente informado e tem que ser surpreendido com pessoas armadas próximos a si e ainda por cima mascarados? A PGR tem que investigar bem este fenómeno antes que isto resulte numa tragédia.

Na mesma semana, apareceu a Renamo a acusar a Frelimo, em Manica, de impedir os seus membros de se alojarem nas estâncias hoteleiras. Nada que fosse novo. No passado já ocorreu e com maiores evidências. Na região Sul, a intolerância política dos membros da Frelimo é palpável e chega atingir níveis aterrorizantes, como os que foram assistidos em Gaza, em 2019, quando membros do Grupo de Operações Especiais (GOE), com recurso a arma de fogo, mataram Anastácio Matavel, a escassos dias das eleições e quan-

do se encontrava a formar observadores. Enquanto nalgumas regiões do Norte, temos a Renamo a ser protagonista da intolerância.

Num contexto de novos actores, há uma enorme expectativa no seio dos eleitores, que veem no Chapo, a concepção de uma nova Frelimo. São eleitores que se revêem na sua simplicidade, e na projeção de um jovem de povo. Valências essas que devem ser coerentes com as suas responsabilidades na qualidade do secretário--geral da Frelimo. É de todos sabido que existem em quase todos grupos, pessoas que agem em nome próprio, e inventam ordens superiores, enquanto se trata de uma acção com motivações próprias do indivíduo que executa essas acções que mancham o grupo e a democracia. É preciso expurgá-los. O secretário-geral tem esse poder, ainda mais o candidato.

A Frelimo foi alertada do fenômeno Venâncio, e a resposta foi de que este só tem inserção nas capitais provinciais. São erros de compreensão por parte do "glorioso" que podem precipitar actos de intolerância política por parte daqueles militantes que estão no campo e vêem-se em desvantagem não assumida pela direcção do partido. Os alertas não visam abater o adversário, como se viu com o Golpe a CAD, mas colocar o adversário a altura de apresentar uma proposta de governação superior a este.

Mondlane tem a vantagem de actuar fora de um sistema que lhe ponha limites, embora menos robusta em termos de recursos financeiros, mas Daniel Chapo tem o desafio maior, assumir as rédeas: romper com a cultura de intolerância no seio do partido; a atender as expectativas das massas que vão aumentando com a projeção da sua postura simplista e inclusiva. O sistema já tem os seus inimigos criados e declarados, mas num momento em que os eleitores estão convictos de que Chapo representa o resto, comprar guerras dos outros é deixar claro que irá estar do lado do opressor. Não estamos aqui a discutir quem irá ou não governar, pelos antecedentes políticos podemos apontar a dedo, mas estamos a propor caminhos para legitimar a vitória, e tal legitimidade começa com um passo certo, uma campanha eleitoral limpa e tolerante. Deixando de lado Ossufo Momade e Lutero Simango, os dois candidatos mais aglutinadores são jovens, então, que agem como tal.

SOCIEDADE E VIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024

Araújo duvida da eficácia das missões de observação da União Europeia

O edil de Quelimane e cabeça-de-lista da Renamo na província da Zambézia nas eleições de Outubro próximo, Manuel de Araújo, vincou que as eleições em Moçambique não são justas e muito menos transparentes. A missão de observação eleitoral da União Europeia tem sido presença assídua nos processos eleitorais em Moçambique, no entanto, Manuel de Araújo, apesar de reconhecer a credibilidade, tem dúvidas sobre a sua eficácia na obrigação dos pleitos.



Ecos da Conferência Internacional de Jornalismo Investigativo

Jornalistas concluem que trabalho em rede contorna contextos desafiadores

"Se não tivesse construído uma rede de jornalistas, não teria conseguido produzir a matéria e não conseguiria influenciar a libertação de pouco mais de 10 jornalistas presos", relato de Andries Sibanyoni

elatos de profissionais de profissão, mostram que o Jornalismo em rede tem sido chave de sucesso nos contextos desafiadores, como é o caso de Moçambique, principalmente no decurso de produção de reportagens investigativas, que para além de onerosas, em termos financeiros, enfrentam limitações de bloqueio externo, como são os casos de intimidação e acesso a informação. No encontro foram identificadas as limitações dos jornalistas, as formas de fazer alianças para superar as dificuldades, o jornalismo de dados e outras ferramentas indispensáveis no contexto de um mundo cada vez mais dominado pelas TICs. São ecos da Conferência Internacional de Jornalismo Investigativo (CIJI), realizado pela Midia Lab, que juntou semana passada mais de 80 participantes, incluindo 60 de Moçambique e 20 internacionais, que actuam no sector da comunicação social.

Evidências

Num encontro que para além de identificar as limitações, partilhar experiências e dotar os nacionais de ferramentas para enfrentar os desafios da era digital, com foco na promoção da transparência, responsabilização, ética e impacto social positivo, foram identificadas possíveis saídas das limitações

"Se eu não tivesse entendido a língua local e os aspectos culturais do Botswana, se não tivesse construído uma rede de jornalistas, não teria conseguido produzir a matéria e não conseguiria influenciar a libertação de pouco mais de 10 jornalistas presos por alegadamente estarem a produzir notícias contra o governo do dia", disse Andries Sibanyoni, jornalista sul africano cujo impacto de um dos seus trabalhos fez-se sentir no país vizinho.

Para Sibanyoni, o jornalismo transfronteiriço sempre foi um desafio. "Se vocês não puderem partilhar as notícias nos vossos países de origem, partilhem com outros

jornalistas de outros países e estes serão responsáveis por fazê-los chegar a todo o mundo".

Ele não é o único a pensar na necessidade de trabalhos colaborativo. Logo no primeiro dia, o painel que discutiu os desafios do jornalismo investigativo em África, abordou as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas, a necessidade de colaboração e apoio mútuo, e a importância de envolver o público para fortalecer o impacto das investigações. O painel sublinhou a necessidade procurar alianças para superar os obstáculos.

Ainda no discurso de abertura do evento, Rui Lamarques, director executivo do MidiaLab, observou que em Moçambique, a profissão do jornalista é muitas vezes desvalorizada e, por isso, apelou a união no seio da classe para combater os ataques negativos dos que se consideram poderosos.

"Num mundo onde a verdade está sob constante ataque, onde os factos são distorcidos, onde a



profissão do jornalista é muitas vezes desvalorizada, a nossa união é a nossa força, apoiar o jornalismo investigativo é apoiar a democracia, é garantir que os poderosos sejam responsabilizados, que as injustiças sejam expostas e que os cidadãos sejam informados com precisam e clareza", disse Lamarques.

Para além da coragem e persistência, Lamarques apontou para a tecnologia como uma ferramenta importante para aceder a informações e alcançar factos que se pre-

"Não podemos ignorar o papel que a tecnologia desempenha no nosso trabalho, as ferramentas digitais e as técnicas de análise de dados revolucionaram o jornalismo e abriu novas formas para descoberta de informações. Mas com essas inovações vem, também, uma responsabilidade acrescida que é garantir que essas tecnologias sejam usadas com responsabilidade da qual os mais altos padrões éticos que sustentam a nossa profissão",

O Jornal Evidências esteve representado pelo seu diretor, o jornalista Nelson Mucandze, no painel reservado a discutir Industria Extrativa e Direitos Humanos. Na sua intervenção, Mucandze anotou que a contínua violação dos Direitos Humanos, "explicada pela relação promiscua entre o pode político e econômico, que fragiliza as instituições de monitoria, veda os espaços de denúncia, e em consequência, a própria democracia".

De acordo com o jornalista, por causa das alianças econômicas, os que autorizam entrada dessas desses projectos, com poder sobre as instituições, são obrigados a escolher entre as comunidades que acolhem esses projectos, e os interesses dessas multinacionais, que para se inserir, cedem suas participações às figuras politicamente expostas. Alinhado na ideia de ser necessário trabalhos em rede, envolvendo jornalísticas locais, para tornar possível uma monitoria continua dessas empresas por parte da imprensa.

Fraca qualidade de ensino afecta o Jornalismo

Por sua vez, o jornalista investigativo e pesquisador do Centro de Integridade Pública (CIP), Lázaro Mabunda, partindo de pressuposto da qualidade de ensino em África, vê o jornalismo moçambicano comprometido por causa de fraco investimento no sector.

"A qualidade de ensino tem vindo muito a regredir em África sobretudo em Moçambique e, nós estamos em péssimas condições no sector de ensino o que condiciona o futuro de quem quer ser jornalista. Não vejo qual será o futuro de jornalismo, caso os pais não consigam pagar o ensino privado porque o ensino público está deplorável", disse Mabunda.

Para galvanizar o seu argumento, Mabunda, para além da falta de professores, recorreu ao caso gritante no que toca a distribuição de livros gratuitos nas escolas.

"Temos até hoje, escolas em que os estudantes não têm livros ora, tem disciplinas que não estudam porque não tem professores na escola, é uma situação complicada", declarou.

A CIJI tinha como objectivo reflectir sobre os desafios do jornalismo investigativo em Moçambique, abordar questões contemporâneas e capacitar os jornalistas nacionais para enfrentar os desafios da era digital, com foco na promoção da transparência, responsabilização, ética e impacto social positivo.

Para o fortalecimento da democracia em Moçambique

Plataforma DECIDE iniciou formação de observadores eleitoral

rrancou no último sábado, 17 de Agosto, a formação de Nampula, Zambézia, Cabo-Delgado e Niassa. A capacitação visa promover maior transparência, integridade e inclusão durante as eleições gerais de Outubro próximo com especial atenção aos direitos humanos e à participação de mulheres, jovens e pessoas com deficiência, reportando principais incidências durante o processo.

Jossias Sixpence

A Plataforma DECIDE (IDES e CASCeD), em parceria com a Associação h2n, no âmbito do projecto CORAGEM, deu início a uma série de formações focadas em observação eleitoral e direitos humanos. A primeira formação teve lugar, na última semana, em Nampula, com a participação de 75 observadores.

No total, a iniciativa pretende formar 200 observadores nas províncias de Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa.

Estas actividades visam promover maior transparência, integridade e inclusão durante as eleições gerais de 2024, com especial atenção aos direitos humanos e à participação

de mulheres, jovens e pessoas com devido acompanhamento junto às do IDES, enfatizou que "a aborda-

No arranque da capacitação, Wilker Dias, director da Plataforma DECIDE, destacou que "a parceria com a h2n, no âmbito do projecto Coragem financiado pela USAID, é um marco histórico para Plataforma em que a responsabilidade de trazer os resultados esperados é a crescida e todos observadores devem ser neutros, com vista a garantir o maior sucesso das actividades e acima de tudo a boa imagem individual e colectiva. Todos serão dotados de ferramentas suficientes para identificação de casos de direitos humanos e outros ilícitos que poderão advir para que façamos o diversas instâncias nacionais e internacionais".

"Esperamos que cada um de vocês colabore com os jornalistas das rádios comunitárias apoiadas pelo CORAGEM, ajudando na produção de evidências sobre os principais acontecimentos do processo eleitoral. A informação em tempo real que vocês fornecerão para as plataformas DECIDE e CON-TROLA será crucial para monitorar o processo e fortalecer a democracia em Moçambique", destacou Hélder Xavier, director do projecto CORA-GEM, na abertura do evento.

Na sua intervenção, Prof Dr Fidel Terenciano, director executivo DECIDE, é sobre observar com responsabilidade, integridade, respeito e apresentar incidentes eleitorais baseadas em evidências reais e evitar informações sensacionalistas, que pouco contribuir para a promoção da participação política e fortalecimento dos atores da democracia".

Refira-se que esta formação representa um marco significativo no cumprimento do Objectivo 4 do projecto CORAGEM que é financiado pela USAID, que busca ampliar a participação nos processos eleitorais e garantir o acesso à justiça para as populações desfavorecidas.





JUNHO 2024



DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA (HCB) é a empresa concessionária moçambicana do complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa, desde 1975. A empresa produz, transporta e comercializa energia eléctrica para Moçambique, África do Sul, Zimbabwe e a Bolsa de Energia da Região Austral de África (SAPP). Apresenta relatórios de desempenho no domínio hidrológico, de produção e vendas, bem como financeiro¹.

¹ Dados não auditados



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DR. TOMÁS MATOLA



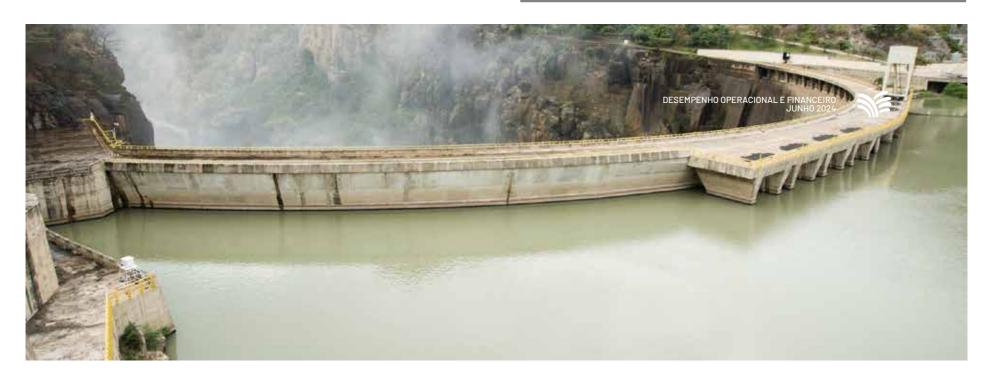
A HCB, é a maior produtora de energia de Moçambique, e uma das maiores de África, com cerca de USD 500 milhões de receitas anuais, mais de USD 200 milhões de resultado líquido (dados referidos a 2023), e contribuição significativa para economia moçambicana. Estes números indicam, claramente, a importância e relevância da HCB para Moçambique e faz dela uma empresa estruturante e estratégica, com responsabilidades de espevitar o desenvolvimento socioeconômico nacional.

A produção energética e a manutenção de indicadores financeiros saudáveis de Cahora Bassa é deveras importante e indispensável para a estabilidade energética do país e da região, bem como para garantir a materialização dos programas estratégicos da empresa, incluindo o seu financiamento e retornos atractivos para os accionistas. Nestes termos, a empresa continuará focada no acompanhamento dos factores de risco, como as previsões meteorológicas de longo prazo, a evolução da situação hidroclimatológica da Bacia do Zambeze e as actualizações dos planos de ex-



A produção energética e a manutenção de indicadores financeiros saudáveis de Cahora Bassa é deveras importante e indispensável para a estabilidade energética do país e da região

ploração das barragens à montante, de modo a permitir que, em tempo útil, possa proceder ajustamentos operacionais de Cahora Bassa.



1 HIDROLOGIA

Não se prevê descargas adicionais durante todo o ano 2024. No que concerne a disponibilidade hídrica, a 30 de Junho de 2024, a Barragem apresentava uma cota de 316,98 metros, correspondente 59,17% do armazenamento útil da Albufeira. Este nível de armazenamento, significativamente baixo para este período, é influenciado por fracas afluências causadas pelo fenómeno El Niño, que é caracterizado por um nível de precipitação Abaixo do Normal. Neste contexto, em Junho do ano em curso, a HCB iniciou a implementação de um plano cauteloso de gestão hidroenergético da Albufeira e das infraestruturas conexas a fim de harmonizar as necessidades de produção com a disponibilidade hídrica, e minimizar o impacto do fenómeno El niño sobre a produção anual planificada.

A produção energética da HCB é deveras importante e indispensável para a estabilidade energética do país e da região, pelo que, a empresa continuará a acompanhar as previsões meteorológicas de longo prazo, a evolução da situação hidroclimatológica da Bacia do Zambeze e as actualizações dos planos de exploração das barragens à montante, de modo a permitir que, em tempo útil, possa proceder ajustamentos operacionais em Cahora Bassa.

Porque as previsões climáticas sazonais indicam a prevalência do fenómeno La Niña durante toda a estação chuvosa 2024/25, existem grandes probabilidade de ocorrência de chuvas normais ou acima do normal, o que poderá favorecer a recuperação do armazenamento da albufeira de Cahora Bassa

 $Nestas \, condições, não \, se \, prevê \, descargas \, adicionais \, durante \, todo \, o \, ano \, 2024.$

2 PRODUÇÃO E VENDAS (EM GWH)

2.1 PRODUÇÃO

De Janeiro à Junho de 2024, a produção atingiu 8.396,38 GWh, 4,77% e 3,44% acima do nível atingido em igual período de 2023 e do planeado para o período, respectivamente.



A gestão cautelosa do empreendimento, associada a contínua entrega das equipas de trabalho aos programas de reforço de operação e manutenção dos equipamentos da cadeia de produção, levou a que, de Janeiro à Junho de 2024, a produção atingisse 8.396,38 GWh, 4,77% e 3,44% acima do nível atingido em igual período de 2023 e do planeado para o período, respectivamente.

Atendendo aos níveis actuais de produção, a disponibilidade hídrica, bem como da *performance* dos equipamentos, prevê-se que a produção anual atinja 15.704,50 GWh, 2,2% e 1,1% abaixo do registado em 2023 e do planeado para o presente ano, respectivamente.

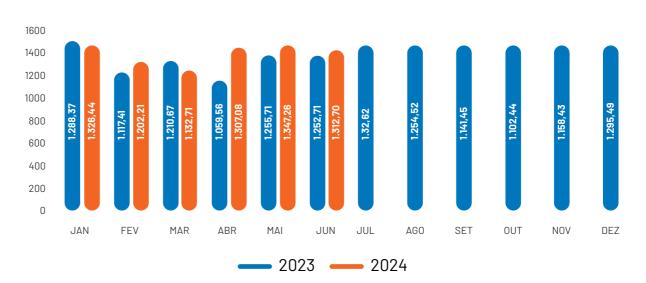
DIVULGAÇÃO EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO JUNHO 2024



2.2 VENDAS

De Janeiro a Junho de 2024, as vendas em quantidades situaram-se em 7.628,32GWh, 6,2% e 3,5%, acima do nível alcançado em igual período de 2023 e do planeado para o período, respectivamente.



De Janeiro à Junho de 2024, as vendas em quantidades situaram-se em 7.628,32GWh, 6,2% e 3,5%, acima do nível alcançado em igual período de 2023 e do planeado para o período, respectivamen-te. Atendendo aos níveis actuais de produção e vendas, antevê-se que as vendas anuais atinjam 14.257,93 GWh, 1,4% e 1,1% abaixo do atingido em 2023 e do planeado para o presente ano, respectivamente.

3 DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (EM MILHÕES DE METICAIS)

Descrição	30 JUN 2024	30 JUN 2023	△HOMÓLOGA
1. Rendimentos e Ganhos	19.445,56	14.159,59	37,3%
2. Gastos operacionais	6.636,56	5.544,46	19,7%
3. Resultados Operacionais (1-2)	12.809,00	8.615,13	48,7%
4. Rendimentos e Ganhos Financeiros	2.251,98	2.235,39	0,7%
5. Gastos e Perdas Financeiras	747,32	2.157,72	-65,4%
6. Resultados Financeiros (4-5)	1.504,67	77,67	1837,3%
7. Resultados antes de Impostos (3+6)	14.313,66	8.692,79	64,7%
8. Impostos / Rendimentos	5.325,54	2.973,10	80,0%
9. Resultados Líquidos (7-8)	8.961,13	5.719,69	56,7%

Os Rendimentos e Ganhos situaram-se nos 19.445,56 milhões de Meticais (5.773,35 milhões de Rands), 37,3% acima dos registados em igual período do ano 2023, o que se deve aos ajustamentos tarifários observadas no segundo semestre do ano transacto e no início do corrente ano. Os Gastos Operacionais ascendem a 6.636,56 milhões de Meticais (1.888,07 milhões de Rands), 19,7% acima dos registados em período homólogo

de 2023, muito por conta da implementação do Projecto Transformação conjugado com o aumento do fee de consessão que sofreu um incremento devido ao aumento das vendas. Os Resultados Financeiros atingiram a cifra de 1504,66 milhões de Meticais representando uma variação positiva de 1.837,3% se comparado a igual período de 2023, derivado dos rendimentos das aplicações financeiras combinados ao efeito da apreciação

do Rand Sul Africano face ao Metical. Neste quadro, o resultado líquido da HCB entre Janeiro e Junho de 2024 ascendeu a 8.961,13 milhões de Meticais, 56,7% acima do registado em igual período de 2023. Decorrente deste desempenho financeiro do primeiro semestre, estima-se que os resultados líquidos, até o fim do ano estejam ao nível dos orçados, ou seja, 13.851,68 milhões de Meticais.



3.2 BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHÕES DE METICAIS)

Descrição	30 JUN 2024	30 JUN 2023	riangle Homóloga
Activo Total	99.427,89	88.204,11	12,7%
Capitais Próprios	93.835,29	84.734,10	10,7%
Passivo Total	5.592,60	3.470.01	61,2%
Capitais Próprios + Passivo Total	99.427,89	88.204,11	12,7%

O balanço patrimonial, bem como os indicadores de liquidez e solvabilidade, demonstram o equilíbrio financeiro, quer no curto, médio e longo prazo. O aumento dos Capitais Próprios é influenciado pelo aumento

dos resultados acumulados. A redução dos Passivos não Correntes é derivada da liquidação antecipada do empréstimo FED contraído para a reabilitação das linhas HVDC, após o fim da guerra civil verificada no país.

A rubrica de Passivos correntes variou em 76,2% essencialmente como resultado da variação da rubrica de impostos a pagar cuja variação está associada ao aumento dos resultados líquidos.

3.3 RÁCIOS E INDICADORES FINANCEIROS

	Junho 2024	Junho 2023	Δ Homóloga
Liquidez Geral / Current Ratio	9,27	12,91	-28%
Endividamento / Debt Ratio	5,6%	3,9%	44%
Retorno sobre Activos/ Return on Asset	9,0%	6,5%	39%
Margem Operacional / EBIT Margin	65,9%	60,8%	8%
Percentagem de Lucro Distribuído / Dividend Payout Ratio	55,0%	44,9%	22%
Lucro por Acção / Earning per Share	0,33	0,21	57%
Preço por acção / Price per share	3,23	2,01	61%
Valor Contabilístico da Acção / Share Book value	3,42	3,08	11%
Rendimento do Dividendo ao preço da OPV / Dividend Yield at IPO Price	9%	5%	73%
Rendimentos do dividendo ao preço Corrente / Dividend Returns at Current Price	8,4%	7,8%	8%

Os rácios de rentabilidade e liquidez, continuam a demonstrar uma robustez significativa da empresa a redução observada em liquidez geral e solvabilidade deve-se as estimativas de imposto para o período. Por outro lado, os rácios ROA e Margem operacional demonstram solidez e incremento dos resultados operacionais da empresa, até Junho de presente ano, relativamente ao período similar do ano passado.

No que tange aos rácios de rentabilidade da acção, destaca-se o significativo incremento do lucro por acção resultante do impacto do ajuste tarifário, a disciplina no controle dos custos bem como a maximização dos investimentos em excesso de liquidez, factos que permitiram o incremento dos resultados líquidos.

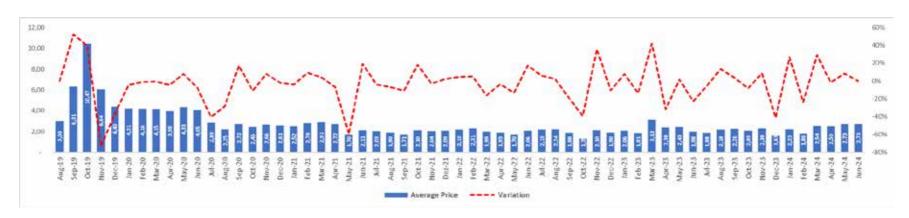
Durante o período em análise o valor da acção da empresa registou um incremento na Bolsa de Valores de Moçambique, de cerca de 61%. Apesar deste significativo incremento, continua havendo um significativo desnível entre o valor cotado e valor contabilístico da acção, sendo este último, relativamente superior.

DIVULGAÇÃO EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO JUNHO 2024



4 EVOLUÇÃO DO PREÇO DAS ACÇÕES



Em Maio do ano corrente foram pagos os dividendos referentes ao exercício económico de 2023, no valor de 0,27 MZN por acção, um crescimento de 73,1% face ao ano transacto. Refira-se que este valor representa

um dividend payout de 55%, ou seja, 30,0 pp acima do estabelecido pelos estatutos da sociedade. Durante o período em análise, o volume de acções transacionadas foi de 840.386, o que representa uma redução de 81,5% relativamente ao período similar do ano anterior, tendo o preço da acção fechado ao preço de 2,73 MZN por acção o que representa uma valorização de cerca de 38% relativamente ao igual período de 2022.



5 RESPONSABILIDADE SOCIAL



No âmbito dos programas de Responsabilidade Social da empresa, dentre as várias iniciativas implementadas, destacam-se as acções no melhoramento das infraestruturas públicas, com enfoque para a construção em curso de um centro de saúde do tipo II, na localidade de Nonge, distrito de Moeda. Esta infraestrutura está devidamente apetrechada com equipamento hospitalar e ad-



ministrativo. Ainda na província de Cabo Delegado, a empresa financiou a construção de dez furos de água num bairro de acolhimento de refugiados, no Município de Montepuez. Está também em implementação, o programa de electrificação rural no posto administrativo de Mungari, Distrito de Guru, na Província de Manica, em parceria com a EDM.



Na Vila do Songo, onde está a sede da empresa, estão em reabilitação as principais estradas que ligam os diversos pontos de interesse. As estradas em reabilitação visam garantir maior conforto e segurança aos utentes, ao mesmo tempo que irá permitir o transporte de equipamentos da cadeia de produção.





6 HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No que concerne a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais, um compromisso inegociável e atemporal, que tem a finalidade de preservar a segurança e saúde dos colaboradores, o nosso maior activo, apraz-nos informar que até ao final do primeiro semestre não houve ocorrência de quaisquer acidentes de trabalho.

Este facto, resulta da visão e compromissos assumidos pela Administração e todos os colaboradores, em relação a prevenção de acidentes de trabalho, bem como da implementação de um conjunto de iniciativas visando melhorar as condições de trabalho e ergonomia, na Empresa.











1 OPINIÃO EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024



O FURAÇÃO

Alexandre Chiure

Debatendo o legado do governo de Nyusi

stamos há cerca de cinco meses do fim do ciclo de dez anos de governação Nyusi. Na gíria desportiva, diria que o presidente está prestes a pendurar as suas botas ou chuteiras e criar condições para que em Janeiro entregue as pastas ao seu sucessor que será ou Daniel Chapo, da Frelimo, Ossufo Momade, da Renamo, Lutero Simango, do MDM, ou Venâncio Mondlane, candidato independente.

O debate que se levanta, relacionado com o momento, é que legado deixa o homem do planalto de Mueda para o país. Como seria de esperar, é, sempre, uma discussão acesa e com opiniões divergentes, num exercício que nunca foi consensual.

É que cada cidadão tem, na cabeça, o seu Estado da Nação, baseado na avaliação do grau de satisfação das suas próprias expectativas. Se cumpriu ou não cumpriu o que prometeu para o seu bairro, aldeia, localidade, distrito ou província, e em que medida. O que foi feito e o que não foi feito e em que medida é que foi realizado.

Avaliam se a energia eléctrica foi instalada ou não na aldeia. Se o sistema de abastecimento de água prometido à sua comunidade foi montado ou não. Se a escola e o centro sanitário de que se falou tanto na campanha eleitoral foram construídos ou não.

Nesse exercício em que são analisadas questões micros e macros sobre a governação do país, há os que defendem que durante os últimos dez anos não fez nada de substancial. Que, pelo contrário, o país regrediu consideravelmente e, por conseguinte, a qualidade de vida dos moçambicanos deteriorou-se.

A tese é sustentada pelos índices de pobreza que dispararam, nos últimos dez anos, com as estatísticas a apontarem para um aumento de 87 por cento ou seja 65 por cento da população do país é pobre.

Na área da segurança, a guerra transferiuse do centro para o norte do país. Cabo Delgado está abraço com o terrorismo desde 2017 e o governo Nyusi não tem solução para acabar com o fenómeno, que já provocou mais de um milhão de deslocados e mil mortos, e para os raptos nas cidades de Maputo e Matola, que se intensificaram nos últimos anos.

Essa linha de pensamento defende que a economia está de rastos e o país, com o problema de liquidez que se caracteriza pelos atrasos no pagamento de salários aos funcionários públicos, o endividamento do país até ao cabelo (stock da dívida pública moçambicana a crescer este ano para o equivalente a 97,5 por cento do PIB, segundo o FMI, de uma dívida de 14,5 mil milhões de Euros)) e o custo de vida insuportável. É uma opinião a respeitar.

Para os outros, o seu Estado da Nação é aquele que é desenhado com base na imagem transmitida pelas sucessivas greves dos médicos, profissionais da saúde, professores e ameaças de paralisação por parte dos juízes e procuradores, imagem essa que sugere um país que não está a atravessar bons momentos.

Mas há os que entendem que o Estado da Nação que nos é oferecida pelo governo Nyusi podia ser melhor se não tivéssemos tido a Covid-19, que afectou o tecido empresarial, os desastres naturais como depressões tropicais e ciclones Idai, Fred e outros, que destruíram infra-estruturas públicas e privadas, para além de outros factores.

O presidente Filipe Nyusi tem o seu próprio Estado da Nação que partilhou com os moçambicanos no pódio da Assembleia da República. O documento, com dezenas de páginas, apresenta cinco áreas que contém os principais legados da sua governação.

Refiro-me à paz e reconciliação, relativo ao fim da guerra no centro, desarmamento, desmobilização e reintegração das forças residuais da Renamo; conquistas diplomáticas, relativa à eleição de Moçambique como membro não efectivo do Conselho de Segurança da ONU, prevenção de desastres naturais, infra-estruturas e exploração de hidrocarbonetos, com primeiras exportações de gás natural do Rovuma.

Para quem não vive em Moçambique e não tem o contacto com a realidade moçambicana, olhando para o informe do Chefe de Estado, escrito como está, que é mais relatório de actividades do que outra coisa, pode pensar que Moçambique respira uma boa saúde, o que não corresponde à verdade.

Há que reconhecer que durante os dez anos de governação, o presidente Nyusi e a sua equipa fizeram o que fizeram, mas, infelizmente, a qualidade de vida dos moçambicanos não melhorou. Pelo contrário, piorou. Os serviços básicos oferecidos ao cidadão são de fraca qualidade. Em alguns casos, o Estado rompeu alguns contratos sociais.

Quando polícias e militares não têm salários em dia, o que é perigoso, significa que o país não está bem. Isso não é normal. Quando a educação continua com os crónicos problemas de distribuição do livro e de crianças sem carteiras e outras a estudarem debaixo de árvores, quer dizer que durante os últimos dez anos não houve intervenções estruturantes nesta e noutras áreas, como a saúde.

Quando continuamos a ter uma rede viária rebentada, incluindo a Estrada Nacional número 1, que liga o sul, o centro e o norte, dificultando o escoamento da produção em algumas regiões do país, quer dizer que estamos mal. Quando a corrupção passa a ser uma forma de ser e estar, é preocupante.

Quando a agricultura, que consume dez por cento do Orçamento Geral de Estado, não consegue alimentar os cerca de 30 milhões de moçambicanos, apesar de o país possuir 36 milhões de hectares aráveis, água e mão de obra barata, significa que o governo falhou na estratégia de desenvolvimento do sector.

Quando as oportunidades giram à volta de um punhado de pessoas significa que a promessa a este respeito ficou por cumprir. Por isso, se é me permitido opinar, sem nenhum exagero, baseando-me em todos estes e outros aspectos, o meu Estado da Nação é mau!



A esquina do sociólogo

Luca Bussotti

Sobre a utilidade e a desvantagem dos partidos para a vida

orria o ano de 1874 quando Friedrich Nietzsche lançou a segunda das suas Considerações inactuais, Intitulada Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida. Foi um sucesso e uma provocação ao mesmo tempo, pois, com esta obra pertencente ao período juvenil do filósofo alemão, Nietzsche revolucionou o olhar clássico que do uso da história se fazia naquela altura. Em particular, ele distinguiu, neste breve tratado, entre três tipos de história: a monumental, a antiquaria e a crítica, onde apenas esta última consegue expressar a vitalidade criativa de um povo e servir, portanto, para interpretar e mudar o presente.

Se formos a transpor esta classificação de Nietzsche na arena política do actual Moçambique, não seria difícil vislumbrar várias similitudes: acima de tudo, em termos de uso da história que tais partidos fazem. Por exemplo, Frelimo e Renamo - que nos últimos dias foram acusados de actuar como Frenamo - defendem uma história monumental, e por isso estática. A Frelimo tem o monopólio político (e da narrativa histórica) desde a independência de Moçambique, por isso que cristalizou a história do país a seu bel prazer. Logo, a história nacional de Moçambique se confunde com a da Frelimo, com escassas possibilidades de contestação científica...Possibilidades que, embora modestas, foram exploradas por não-académicos, tais como Bernabé Lucas Ncomo, Adelino Timóteo, entre outros. A Renamo não foi muito longe da Frelimo na leitura que tem feito da história nacional: claro, procurou enaltecer seu papel de "trazedora da democracia", enaltecendo figuras como Matsangaíssa ou Dhlakama, também propondo uma história estática, pouco dinâmica e ainda menos útil para compreender as dinâmicas presentes. Assim, mesmo do lado da Renamo não houve grande interesse em promover um discurso crítico a respeito da história oficial, procurando, pelo contrário, recortar um espaço minoritário dentro desta, sem querer alterar necessariamente a narrativa da Frelimo.

Se a base do ADN dos dois partidos principais é esta, relativa a uma cristalização

do passado, suas consequências na política contemporânea também foram relevantes: foram inúmeras as campanhas eleitorais em que, diante da pobreza dos manifestos, a disputa era entre quem tinha libertado o país do colono (Frelimo) e quem tinha destruído o marxismo-leninismo, introduzindo a democracia (Renamo). Muito pouco para eleitores cada vez mais novos, portanto mais distantes dos conflitos ideológicos do passado, mais cultos e formados e mais exigentes quanto às propostas programáticas dos partidos moçambicanos.

Entretanto, a história, aquela crítica de que fala Nietzsche, associada a uma visão de longa duração de Braudel, ensina outro elemento: partidos quer congelam o seu passado usando-o para o presente e para construir o futuro são partidos ultrapassados. É esta a condição de muitas formações políticas que estão até hoje no poder em África, mas cuja tarefa histórica já foi cumprida, e que não conseguem se revitalizar. È o caso do ANC na Africa do Sul, em que o legado de Mandela e da luta anti-apartheid está para terminar, como demonstrado em ocasião das últimas eleições gerais; do MPLA em Angola, cujo prestígio também sofreu uma evidente erosão, que só eleições da transparência muito duvidosa permitiram que se mantivesse no poder; e da própria Frelimo (e Renamo), cuja função histórica já terminou há muito tempo. A Frelimo libertou o país do colono, e conseguiu garantir a transição para a democracia; a Renamo empurrou Moçambique para um caminho diferente do marxismo-leninismo que o país tinha escolhido nos seus primeiros anos de independência, forçando a Frelimo a aprovar uma Constituição pluralista (1990), e sendo um partido razoavelmente competitivo em todas as eleições realizadas, desde as primeiras de 1994 até hoje.

Esta época já terminou, para os dois partidos. A pergunta é: o que vem a seguir? Do lado da Frelimo, os dados falam por si. Um país com uma pobreza enorme, criminalizada mas nunca enfrentada seriamente para que ela possa ser reduzida; uma corrupção fora de qualquer controlo; serviços públicos (e privados) que funcionam pessi-

mamente. Do lado da Renamo, depois da morte de Dhlakama, a sua agenda política está vazia. Por isso é que estes dois partidos tendem a assumir comportamentos parecidos; comportamentos que podem ser resumidos com a expressão de "autofechamento": o importante, para os dois, é garantir os equilíbrios internos, para os quais todas as energias estão sendo gastas. Consequência: a qualidade das propostas políticas é carente, ou até inexistente, diante de um quadro nacional dramático, e a forma como se faz a (pré)campanha eleitoral resulta também muito pobre.

Nos últimos dias temos assistido a cenas dispensáveis: a Frelimo que oferece (ainda!) camisetes em troca de votos, a Renamo cujo líder foi mal recebido (por usar um eufemismo) em Doa (Tete) durante uma sua visita política. Foi Otto Kirchheimer que, na década de 1960, explicou como partidos que ficam cristalizados no passado, transformando-se em organizações estáticas, mudam a sua natureza: eles perdem seu património ideológico (porque, hoje, a Frelimo é considerado como um partido de esquerda, e a Renamo da direita?), enaltecem o papel de suas elites (ou nomenclaturas), em detrimento da participação dos inscritos, reduzem sua atratividade à tutela de interesses de grupos privilegiados e fechados. Em suma, estes partidos – assim como a história monumental – já não servem para a causa do bem-estar de suas populações, mas sim de grupos dirigentes minoritários, autoritários e fechados.

Talvez possa ser esta uma das leituras possíveis para compreendermos a súbita, recente convergência de interesses entre Frelimo e Renamo no que diz respeito a decisões tais como a exclusão da CAD da corrida eleitoral, ou a aprovação de um pacote eleitoral que retira dos tribunais distritais a possibilidade de mandar recontar os votos, ou repetir (localmente) as eleições. Decisões que reduzem a luta política a táctica para salvar o possível com qualquer meio (fraude eleitoral em primeiro lugar) e manter posicionamentos privilegiados, sem olhar para o futuro de Moçambique e de seus jovens, ansiosos de viver num país mais inclusivo e menos autoritário.



DA REGIÃO AUSTRAL DE ÁFRICA

Ser base logística é nossa vocação"



Pág 05 e 06



PCA DOS CFM QUER QUE MOÇAMBIQUE ASSUMA SUA VOCAÇÃO

Devemos ser a base logística da região"

- No último quinquénio, empresa investiu mais de USD 600 milhões em infraestruturas e equipamentos



Presidente do Conselho de Administração (PCA) dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), Agostinho Francisco Langa Júnior, defende que Moçambique tem potencial para se tornar a base logística da África Austral, em virtude de ser entrada e saída para os países do hinterland. O PCA falava na cerimónia de assinatura da adenda ao contrato de concessão do Porto de Maputo, que teve lugar no dia 23 de Fevereiro do presente ano.

O responsável enfatizou que o País deve abraçar sua "vocação natural" como saída e entrada para o mar dos países do hinterland, exercendo essa função de maneira eficiente. "O País tem, com suas infra-estruturas ferro-portuárias, excelente oportunidade para liderar o sector ferro-portuário a nível da região," afirmou, vincando que "podemos e devemos ser a base logística da região".

A declaração do PCA reflecte o compromisso de Moçambique em assumir um papel de liderança no desenvolvimento logístico da região da África Austral. Com uma localização geográfica privilegiada e um histórico robusto de operações portuárias e ferroviárias, Moçambique está

em uma posição única para atender à crescente demanda dos países vizinhos, como África do Sul, Eswatini, Zimbabwe, Malawi e Zâmbia.

O Porto de Maputo, que celebrou seu 129º aniversário em Julho, já desempenha um papel crucial no comércio regional. A primeira ligação ferroviária estabelecida entre Lourenço Marques (actual Maputo) e Transvaal (actual Pretória) há quase 129 anos marcou o início de um legado centenário que continua a evoluir. Hoje, as concessões de infra-estruturas, como os principais portos do País, são fundamentais para impulsionar o sector ferro-portuário, atraindo investimentos e fortalecendo parcerias estratégicas.

Investimento robusto em equipamentos

Segundo fez saber Agostinho Francisco Langa Júnior, nos últimos cinco anos, os CFM investiram mais de 600 milhões de dólares em infra-estruturas e equipamentos, com foco no desenvolvimento dos portos de Maputo, Beira, Nacala e Pemba. O objectivo é modernizar, tornar eficiente e competitivo o sistema ferro-portuário moçambicano.

Os investimentos incluem a duplicação da Linha de Ressano Garcia, cuja primei-

ra fase, com 42 km de extensão, foi concluída, num investimento de 80 milhões de dólares. Este projecto visa aumentar a capacidade da linha de 13 para 24 milhões de toneladas por ano. Destaca-se também a aquisição de seis locomotivas ao custo de 23,6 milhões de dólares, 350 vagões-plataforma por 24,3 milhões de dólares e 120 tanktainers por 3,6 milhões de dólares, totalizando um investimento de 131,5 milhões de dólares.

A empresa está também a investir 68,4 milhões de dólares na aquisição de 10 locomotivas e 420 vagões, dos quais 300 são de bordas altas para transporte de minerais e 120 tanktainers para combustíveis. Refira-se que estes investimentos são realizados em conjunto com a empresa Maputo Port Development Company (MPDC) e visam responder à crescente demanda, especialmente dos exportadores de minérios. A parceria estratégica com a MPDC, sublinhou o PCA, é vital para assegurar que o Porto de Maputo continue a expandir sua capacidade e eficiência operacional.

Parceria com o MPDC e inovações tecnológicas

Em colaboração com o MPDC, o CFM, sob a direcção de Agostinho Francisco Langa Júnior, está prestes a lançar uma plataforma inovadora que integrará o fluxo de informações entre os sistemas das duas entidades. Lançada em Março último, essa plataforma permitirá o compartilhamento em tempo real de dados entre o CFM e o MPDC, aumentando a eficiência da gestão ferroviária.

A nova tecnologia possibilitará que todos os envolvidos no processo logístico, desde o CFM, MPDC, clientes e agentes transitários, tenham uma visão clara do status e localização de suas cargas, desde a mina até o porto, incluindo previsões de chegada. Isso permitirá uma melhor planificação das operações, optimizando a cadeia de suprimentos e reduzindo os custos opera-





Reconhecimento aos

colaboradores

cionais.

Ao concluir seu discurso, Agostinho Francisco Langa Júnior expressou seu agradecimento aos colaboradores do CFM e MPDC, cujo trabalho árduo e dedicação têm sido fundamentais para alcançar os resultados positivos que o sector ferro-portuário de Moçambique está a testemunhar.

"Felicito e agradeço a entrega e abnegação de todos os colaboradores," disse o dirigente, destacando que sem eles, os investimentos realizados não teriam alcançado o sucesso actual.

DEPOIS DA REQUALIFICAÇÃO

Linha de Machipanda dá nova vida ao turismo



reinauguração da Linha de Machipanda, na zona Centro do País, em Novembro de 2023, marcou a retoma da circulação do comboio de passageiros após longos 26 anos. A linha de 317 quilómetros de extensão é uma mais-valia para a economia nacional e está a transformar o Corredor da Beira, que até há um ano era dominado pelo transporte rodoviário.

Na cerimónia de reinauguração da infra-estrutura, o Presidente da República, Filipe Nyusi, destacou os benefícios económicos e turísticos resultantes dos trabalhos de reabilitação e requalificação. "A retoma do serviço ferroviário de passageiros não só oferece mais opções aos cidadãos, como também impulsiona o sector do turismo," afirmou Nyusi, sublinhando que a linha tem o condão de aliviar a pressão sobre as estradas, onde são frequentes as longas filas de espera, e oferece aos passageiros e empresários uma alternativa viável ao transporte rodoviário.

A capacidade da linha foi ampliada de 0,6 milhões para três milhões de tone-ladas de carga líquida por ano, e a velocidade dos comboios aumentou de 30 para 40 km/h. O Presidente Nyusi destacou estas melhorias como essenciais para colocar Moçambique na vanguarda da logística regional, afirmando que a linha agora possui uma carga por eixo

aumentada de 18 para 20,5 toneladas A linha férrea de Machipanda desempenha um papel crucial na economia moçambicana ao facilitar o transporte de cargas essenciais, como combustíveis, fertilizantes, calcário, arroz, açúcar e electrodomésticos, entre Moçambique e o Zimbabwe, cujo Presidente, Emmerson Mnangagwa, esteve presente na cerimónia de reinauguração.

Iniciados em 2019, os trabalhos de reabilitação focaram-se em modernizar a linha, que anteriormente apresentava desafios significativos de fiabilidade e segurança. Filipe Nyusi referiu, na ocasião, que a nova linha férrea oferece maior capacidade de tracção, reduz o tempo de trânsito e melhora a segurança, tornando-se uma via competitiva no mercado regional e global.

A encerrar a sua intervenção, o Chefe de Estado dirigiu-se aos Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM), exortando a empresa para tirar máximo proveito da infraestrutura para oferecer um serviço eficiente e de qualidade para atrair mais clientes.

Com uma extensão de 318 km, a Linha de Machipanda liga o Porto da Beira à República do Zimbabwe, assumindo um papel de grande importância para a economia da região central de Moçambique e não só. Possui, ao todo, 14 estações e 29 apeadeiros.



DE 100 MIL TONELADAS PARA 250 MIL

Porto de Nacala aumenta capacidade de manuseamento em 150%



pós um ambicioso projecto de reabilitação, ampliação e modernização, o Porto de Nacala, na província de Nampula, viu sua capacidade de manuseamento de carga contentorizada aumentar exponencialmente, saindo de 150 mil toneladas para 250 mil toneladas, uma subida de 150%.

As obras, que incluíram a reconstrução do cais norte e a ampliação das vias de acesso, visavam, entre outros objectivos, aumentar significativamente a capacidade de armazenamento e operação do porto. O novo layout do cais, agora com 14 mil metros quadrados, e a introdução de equipamentos modernos, como guindastes com capacidade de 41 toneladas e pórticos RTG, são exemplos do investimento em tecnologia de ponta para melhorar a eficiência das operações.

Além disso, foram construídos diversos edifícios para controle de acesso e subestações eléctricas, complementando a infra-estrutura e garantindo um sistema moderno de combate a incêndios. Com essas melhorias, o Porto de Nacala está preparado para atender uma demanda crescente e se posicionar como um ponto estratégico no comércio regional.

O PCA da Empresa Portos e Caminhos

de Ferro de Moçambique (CFM), Agostinho Francisco Langa Júnior, expressou optimismo em relação ao futuro, afirmando que as novas instalações permitirão melhor atender as expectativas dos usuários do porto. Com mais de 1.500 trabalhadores envolvidos nas obras, a iniciativa também contribuiu para a geração de emprego local.

Localizado no extremo sul da Baía de Bengo, o Porto de Nacala possui condições extraordinárias de navegabilidade, o que permite a entrada/saída de navios sem limitação de calado, 24 horas por dia, tudo isso sem demandar dragagem. Por estas e por outras, é o maior porto natural de águas profundas da África Oriental.

Benefícios económicos e acordos de parceria

Inaugurado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, o novo Porto de Nacala é vital para as operações de exportação e importação de produtos essenciais, como cereais, fertilizantes, combustíveis, medicamentos e equipamentos. A modernização permite também que países como Malawi e Zâmbia aumentem suas exportações de produtos agrícolas e minerais. O Malawi, por exemplo, exporta tabaco, açúcar, café, chá, algodão, feijão e vegetais, enquanto a Zâmbia se destaca na exportação

de pedras preciosas, fios de cobre, cimento, açúcar e milho.

De resto, o evento foi igualmente marcado pela assinatura de acordos estratégicos de gestão do Corredor de Nacala entre Filipe Nyusi e os seus homólogos de Malawi e Zâmbia, Lazarus Chakwera e Hakainde Hichilema, respectivamente. Estes acordos visam fortalecer as operações do porto e fomentar o desenvolvimento regional, introduzindo um novo paradigma de gestão que envolve uma abordagem tripartida para tratar das preocupações dos agentes económicos. Segundo o Presidente Nyusi, os acordos são fundamentais para assegurar mecanismos integrados de circulação de pessoas e bens, reduzindo custos de transporte e tempos de trânsito de mercadorias. "Este é um novo passo em direcção a um comércio mais eficiente e competitivo, capaz de beneficiar toda a região," concluiu.

Efeito imediato: Carga movimentada cresceu 3% até Julho

Porto de Nacala movimentou 1,8 milhões de toneladas de carga diversa até Julho de 2024, um aumento de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento reflecte o impacto positivo das recentes requalificações e modernizações realizadas na infraestruturas do porto, que têm melhorado significativamente a eficiência operacional.

Com base nesse desempenho, a administração do Porto de Nacala prevê alcançar um total de 3,5 milhões de toneladas de carga movimentada até o final de 2024, superando os 3,1 milhões registados em 2023. Os principais beneficiários desta expansão são os países vizinhos, como o Malawi e a Zâmbia, que utilizam o Porto de Nacala como um ponto estratégico para o comércio internacional, especialmente após a capacidade do porto ser ampliada para atrair navios de grande porte, com cerca de 60 mil toneladas de peso morto.

OPINIÃO EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024



SER ESPIRITUAL

Profissional Marranza

Felisberto Botão

a semana ante passada falei um pouco sobre a Paulina Chiziane, a incompreensão da sociedade sobre e genuinidade dela, e a necessidade urgente que temos em entender a essência da nossa vida espiritual, que aliás, governa a nossa vida no mundo físico. A ignorância ou negligência sobre a realidade espiritual das nossas vidas tem acumulado problemas estruturais na nossa sociedade, o que perpectua a pobreza, reduz a expectativa de vida e aumenta a mortalidade juvenil.

Esta é uma das vergonhas do nosso povo, que zomba de si mesmo, e enaltece o modelo social daquele que humilhou e massacrou seu avô, e o mantém na condição de escravo até os dias de hoje. Esta condição abre espaço para muito oportunismo e aproveitamento, mesmo entre nós irmãos.

Este é o caso da dimensão muito importante a perceber, e geralmente contornado, que é o ataque espiritual, cada vez mais generalizado na nossa sociedade, e frequentemente executado por nós, e direcionado a nossos semelhantes. A nossa sociedade está a gastar muita energia e recursos para conseguir que o "outro" não tenha sucesso, mesmo que isso signifique atrasar a sua própria vida. E hoje quero explorar um pouco deste fenómeno no mundo empresarial.

Eu quero insistir com isso, para que você não se esqueça. O dano causado na sua vida, resultado de séculos de escravidão e colonialismo ainda é muito forte, e permanece na memória da sua carne e do seu espirito, e é transmissível para os seus descendentes. Essa memória afecta a sua condição cognitiva e emocional, a ponto de formular os problemas de forma desestruturada e lutar lutas que não deviam ser, em que o vencedor nunca é você, e nem o seu semelhante.

O feitiço é um poder real, e muito presente no mundo empresarial, a ponto de estar no centro do desempenho da nossa economia, tal é a importância deste factor, que, entretanto, não aparece como uma variável na equação do desempenho económico empresarial. A condição cognitiva e emocional a que me referi acima impede que você reaja a esta realidade com frontalidade, pelo contrario, você entra em negação. Enquanto isso, é o seu colaborador que investe seu próprio salário de meses para pagar feitiço para si; o seu irmão que não concorda com a sua sorte e paga feitiço para si; o que pode acontecer também com o seu vizinho, com o seu amigo de infância, que tinha melhores con-

dições que suas na infância, com o seu concorrente. Enfim, invoca-se negativamente um poder ancestral africano, o feitiço, que devia ser usado para o bem, mas devido a crescente inveja, ódio e egoísmo, porque processamos mal os problemas, e alimentamos sentimentos de raiva infundada, acaba sendo usado para bloquear o negócio da empresa e ao empresário, comprometendo o crescimento de toda uma sociedade.

A forma como lidamos com a prosperidade, com a propriedade e o controlo, determinam este comportamento do nosso profissional, e sociedade no geral. Quando o profissional está sob efeito de complexos, de desmerecimento e de inferioridade, ele não acredita nas possibilidades e no ganho por merecimento, pois se sente estranho na sua própria terra, onde quem tem prosperidade, propriedade e controlo é sempre alguém que não é da sua terra, e nem da sua cor. Desta forma, ele busca usar artimanhas e aproveitamento para tudo, e quando lhes dá a posição de autonomia, geralmente se vê impelido a envolver-se em esquemas de fraudes e roubos, em prejuízo da empresa.

Já trouxe aqui a discussão do conceito do mecanismo de defesa de "deslocamento", de acções de um alvo desejado para um alvo substituto, quando o primeiro alvo não é acessível. Nesta perspectiva, o pressuposto é que a maioria dos africanos carrega a dor da escravatura e da colonização no fundo do seu ser, e isso acumula energias negativas dentro de si, que precisam ser libertadas.

Toda tentativa que o africano tem feito para tirar o branco do seu caminho, de forma sistematizada ou isolada, redundam no fracasso, porque todo sistema internacional, incluindo os governos africanos, foi desenhado pelo branco para defender seus interesses. O que acontece? O africano, não podendo alcançar o branco, que no seu subconsciente sabe que é a causa dos seus problemas, ele vai descarregar a energia no alvo acessível que ele tem, que é o seu irmão preto, e para isso, vários motivos são invocados, que não passam de uma justificativa.

Assim, assistimos a genocídios, a xenofobia, massacres e decapitações, insurgências, violência pós-eleitoral, perseguições institucionais e singulares, extorsão ao semelhante, dentro e fora do continente, intrigas e disputas familiares, até mortes, enfim, são vários exemplos de descarga de energia que assistimos ao longo dos anos um pouco pela África e na diáspora, que quando buscamos razões plausíveis para os

mesmos, na lógica comum, não achamos.

É aí que se desenvolve na sociedade aquilo que vamos chamar de "profissional marranza", ditractores das PMEs, que nos últimos tempos está a tornar-se uma comunidade, que vai desenvolvendo técnicas e práticas, incluindo as espirituais, e um conhecimento profundo da lei do trabalho, e usam as fragilidades desta a seu favor contra as empresas PMEs, nomeadamente na caça de indemnizações. O profissional marranza assume a PME como parte do sistema do grande capital, e ataca-a ferozmente, e não percebe que está a matar um companheiro de luta, a quem deve dar as mãos para imporem mudanças juntos.

Para isso, usam do poder do feitiço para tirar energia dos colegas, para tirar interesse do patrão com relação ao negócio, para roubar e fazer o patrão não pedir contas, para destruir bens da empresa e até interferir negativamente nas relações da empresa com clientes, parceiros, fornecedores e seus próprios colaboradores.

Regra geral, preste atenção a trabalhadores que argumentam por tudo e por nada, que gostam de trazer notícias negativas, que quando vão a um departamento, começam a surgir problemas estranhos e inexplicáveis naquela área, que são muito proactivos, mas suas sugestões nunca dão em nada, ou resultam num problema, que ele rapidamente responsabiliza a uma outra pessoa.

Estes, quando alcançam o seu objectivo, criam problemas para serem despedidos, ou se despedem por justa causa, e lhe tiram o dinheiro da indemnização.

O condicionamento das mentes do nosso profissional está a empobrecer a sociedade, e a maioria se quer tem consciência do impacto da sua postura, num âmbito mais global, pois são muito centrados na sua pessoa e naquela que pretendem atacar. Este comportamento está a tornar-se cultura, e uma imagem do profissional moçambicano, o que é uma vergonha para a raça, pois perante outros grupos raciais, você aparece com esta imagem de *retardador da produção*, até que você prove o contrário.

Portanto, colectivamente interessa a nós todos mudar esta situação, pois isso não é bom para ninguém, mas isso só será possível com o crescimento da consciência da existência deste problema.

O seu comentário e contribuição serão bemvindos. Obrigado pelo seu suporte ao movimento SER ESPIRITUAL https://web.face-book.com/serespiritual.mz/

SASOL conclui poços para fornecimento de gás à fábrica de GPL

A multinacional sul-africana Sasol assegura estarem concluídos os poços para o fornecimento de gás na fábrica de produção de GPL, em Temane, no distrito de Inhassoro. Numa altura que está em curso a colocação da tubagem dos diferentes poços para ligar a fábrica estimada em pouco mais de cem quilómetros, o vice-presidente de operações e manutenção da Sasol em Moçambique, Francisco Augusto, garantiu estarem criadas as condições para o início dentro dos prazos do processo de produção do GPL (gás de cozinha).



ECONOMIA E VIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024

Sector privado preocupado com o recrudescimento dos raptos

ntre Janeiro e Junho do ano em curso, de acordo com a Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA), foram registados pelos menos 15 raptos, sendo que o grosso não foi esclarecido. O recrudescimento dos raptos preocupa sobremaneira o sector privado, uma vez que ainda não foram identificados os mandantes. Por outro lado, o sector privado revelou que a escassez de divisas continua a condicionar as importações.

Duarte Sitoe

Desde 2011 a esta parte que o crime organizado, com destaque para os raptos, exibe a sua musculatura nas principais cidades moçambicanas sob o olhar impávido das autoridades da lei e ordem.

Este fenômeno que já precipitou a saída de mais de 150 empresários do país preocupa a Confederação das Associações Econômicas de Moçambique.

"Registamos, contudo, com profunda preocupação, que desde o surgimento deste fenómeno em 2011, houve um cumulativo de mais de 250 casos de raptos, maioritariamente de empresários e seus parentes, dos quais poucos estão esclarecidos e, em todos os casos, apesar de declarações de terem sido identificados alguns dos seus mandantes, não temos registo público da detenção e condução à justiça de qualquer deles", declarou Agostinho Vuma, presidente da CTA à margem do Economic Breafing para depois referir que no primeiro semestre houve registo de 15 raptos.

"Só no primeiro semestre de 2024, registaram-se 15 raptos, dos quais, algumas das vítimas, ainda continuam em cativeiro. Isto eleva o estado de perigo, terror e inquietação dos membros da classe empresarial, resultando no abandono do País por alguns deles, o que não se mostra como uma saída tendo em consideração que a maioria das vítimas, apesar da cor da sua pele, são moçambicanos e, portanto, sem opções, nem interesse de abdicar da sua nacionalidade".

Para acabar com o clima de medo e instabilidade que se vive no seio do empresariado nacional, Agostinho Vuma revelou que a agremiação por si liderada propôs ao Executivo medidas estratégicas, nomeadamente, o Reforço do Sistema de Segurança Nacional e Medidas Tácticas e Operativas.

"Devido à gravidade da situação, e na nossa qualidade de entidade de utilidade pública, temos vindo a desenvolver diversas acções de advocacia junto do Governo, e juntando todas as associações empresariais com interesse directo na matéria, o que

resultou na produção de uma série de propostas de acção para a erradicação deste mal. Destas propostas, gostaríamos de destacar a imperiosidade de Medidas Estratégicas, Reforço do Sistema de Segurança Nacional e Medidas Tácticas e Operativas que envolvam diversos segmentos sociais, particularmente, unidades especializadas das Forças de Defesa e Segurança, a colaboração das vítimas resgatadas e/ou restituídas à liberdade, incluindo um programa específico e fiável de protecção às testemunhas e vítimas", referiu.

Escassez de divisas continua a condicionar exportações

No segundo trimestre do ano, o Índice de Robustez Empresarial cresceu em 1 ponto percentual e passou a fixar-se em 31%, reflectindo a média ponderada dos índices provinciais. No entanto, apesar deste crescimento, o sector privado adverte que a escassez de divisas continua a condicionar exportações.

A desaceleração da inflação média trimestral de 6,02% no I Trimestre, para 4,68% no II Trimestre; e do início do ciclo de redução das Taxas MIMO, anunciada pelo Governador do Banco de Moçambique, tendo saído de 17,25% em Janeiro para 15% em Junho, foram imprescindíveis para o aumento do Índice do Ambiente Macroeconómico e do crescimento do Índice de Robustez Empresarial.

"Estes factores resultaram no aumento do Indice do Ambiente Macroeconómico em cerca de 3 pontos percentuais, passando de 45% no primeiro trimestre, para 48% no segundo. O Índice de Robustez Empresarial cresceu em 1 ponto percentual e passou a fixar-se em 31%, reflectindo a média ponderada dos índices provinciais", referiu o presidente da Confederação das Associações Econômicas de Moçambique.

Relativamente as exportações, Agostinho Vuma alertou que o agravamento do acesso a divisa internacional continua a impactar negativamente as transações co-



"Não menos importante, e esta é a base das divergências havidas entre os pronunciamentos do Governador do Banco de Moçambique e a nossa constatação, como CTA, é o facto de, apesar da estabilidade cambial positiva que se regista e do consequente aumento das reservas internacionais líqui-

das para suportar importações de bens e serviços, o agravamento do acesso a divisas no mercado nacional tem sido um factor bastante negativo e que influencia nas transacções empresariais, particularmente aquelas que dependem do comércio internacional. Ou seja, apesar desta estabilidade cambial a que aplaudimos, a circulação e/

ou disponibilidade de divisas está aquém do desejado, para sustentar a actividade empresarial".

Por outro lado, Vuma revelou que a escessez de divisas condicionou o volume as importações no segundo trimestre do ano em

"Só para ilustrar, a menor disponibilidade de divisas que se tem registado no nosso mercado e tem resultado na queda das exportações, tem derivado das novas medidas de restrição cambial adoptadas pelo Banco de Moçambique, que resultam em restrições no pagamento das facturas de importação pelas empresas e, consequentemente, na tendência de redução do volume de importações, como se pode provar com a queda média mensal de 2,3% de Janeiro a Fevereiro, e de 2,5% no Primeiro trimestre de 2024, em comparação com o período homólogo de 2023".

PUBLICIDADE



OPINIÃO EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024



Nas entrelinhas

Arão Valoi

O problema de alta exposição em comunicação política

segredo é a alma do negócio - diz um adágio popular que sugere e destaca a importância da protecção e manutenção sigilosa de ideias inovadoras, para evitar que sejam copiadas ou roubadas por outras pessoas. Ora, isso reflete a necessidade de tomar precauções, como por exemplo, proteger a propriedade intelectual, manter um bom nível de confidencialidade e ser estratégico sobre o quê e quando compartilhar sobre as suas inovações ou projectos. Este adágio popular pode ser aplicado em muitas áreas do saber, incluindo na política, onde operam actores que concorrem para o alcance um objectivo similar — o assalto ao poder.

É verdade que para alcançar o poder, é preciso comunicar as estratégias e planos e, normalmente, isso implica alta exposição: os políticos e as suas acções estão sempre sob os holofotes, seja em mídias tradicionais, sociais ou eventos públicos. As decisões e declarações deles têm impacto directo na sociedade e são, frequentemente, analisadas e comentadas. Mas isso não significa, necessariamente, a exposição total das estratégias e tácticas, sob pena de serem abocanhadas ou, na mais grave das situações, de chantagens dos adversários mais

poderosos.

Ao sair da Renamo, VM associou-se à CAD para que esta suportasse a sua candidatura às eleições de 9 de Outubro próximo. No entanto, o anúncio da sua associação com esta coligação foi feito de forma precoce, o que fez com que os adversários usassem todas as estratégias para impedir a corrida da CAD às eleições, afinal, era importante que lhe fossem amputadas as pernas.

Mas VM e seus assessores podem ter cometido um erro estratégico. Ao divulgar as suas alianças e estratégias políticas de forma precoce, VM deu tempo para os outros actores políticos se prepararem para contrabalançar a sua influência. Isto significa que para este assunto específico, ligado à sua nova aliança com a CAD, VM e seus assessores deviam ter optado por um posicionamento estratégico *low profile*, mantendo-se, todavia, a sua comunicação política sobre outros temas igualmente importantes. No caso específico da sua associação com a CAD, o *high profile* adoptado fez com que os seus rivais políticos usassem a exposição em demasia para

identificar fraquezas e desenvolver estratégias para explorá-las. Isso incluiu ataques directos, disseminação de informações desfavoráveis e até o uso de instituições eleitorais e de justiça para impedir a entrada, em cena, de uma coligação que, ao que tudo indica, posicionar-se-ia como segunda maior força política do País, suplantando a Renamo.

Em algumas situações, realidades ou contextos políticos, manter certas estratégias em segredo permite que uma campanha execute táticas no momento mais oportuno, sem dar aos adversários a chance de se preparar ou reagir. Isso pode incluir a forma como se lida com questões controversas, a abordagem para eventos-chave, ou a coordenação de mensagens. O low profile permite, igualmente, uma certa inovação e surpresa, uma vez que as estratégias que não são divulgadas antecipadamente podem permitir uma abordagem que surpreenda os adversários e crie um impacto mais significativo no momento da divulgação. Ou seja, em política, o tempo de exposição e a necessidade de manter estratégias em segredo são aspectos cruciais. Uma exposição bem gerida ajuda a construir uma base sólida de apoio, mas uma estratégia bem guardada pode oferecer vantagens táticas e permitir uma execução mais eficaz no momento certo.



DZANZA: A Ponte de Resiliência

Geraldo Joel Cuane

eza a história da humanidade que, desde os primórdios, as comunidades locais sempre souberam se adaptar diante da escassez de recursos necessários para a sua sobrevivência, e de século a século, a dinâmica das mudanças do ambiente, hoje, mudanças climáticas, as obrigava a ajustarem o seu modo de vida de forma a manter o ciclo da vida de gerações adiante.

É no contexto da adaptação das comunidades que buscamos o conceito 'Dzanza', que é de uso comum na esfera social e económica em línguas bantu-Moçambicanas cuja acepção inicial é uma peça de travessia, trânsito, transferência ou de ligação de margem a margem de um rio.

'Dzanza' é uma forma de fazer face a uma situação da falta de infraestrutura convencional, neste caso, uma ponte, as comunidades locais fazem uma construção precária como alternativa, com recurso ao material localmente disponível, colocando sobre o rio uma travessa do tronco de árvore, de modo a permitir que o trânsito das pessoas, de gado, o escoamento de produtos agrícolas, a transferência de bens, assim como o desenvolvimento de actividades económicas entre as duas margens do rio continue a fluir.

Compreende-se que, apesar da precariedade do material de 'Dzanza', a sua resiliência ao longo dos tempos de uso pelas comunidades não só impacta a vida social, mas também exerce grande influência sobre a economia e consequentemente sobre o desenvolvimento regional e nacional.

Há quem ousa dizer que, a resiliência de 'Dzanza' equipara-se a uma ponte móvel de construção moderna cuja travessa eleva-se ou afasta-se para uma das margens quando o caudal do rio aumenta em épocas de cheias, de modo a não fazer barreira à forte corrente das águas e assim evitar o dano da infraestrutura. De mais a mais, 'Dzanza' é da natu-

reza e biodegradável, assim as comunidades locais, desde os tempos remotos, sabem que de tempo em tempo, devem fazer a devida reciclagem e recolocação.

'Dzanza' também tem uma acepção metafórica, nos casos de situações sociais em que as pessoas precisam do ombro ou mão de um e do outro como suporte de trânsito enquanto atravessam momentos de necessidades ou aflição.

Para ambas acepções de 'Dzanza', esta peça visa, por um lado, apreciar e realçar as lições de adaptação secular das comunidades locais face às mudanças climáticas e falta de infraestruturas convencionais

Por outro lado, prestar solidariedade ao país que assiste construções modernas de infraestruturas públicas cuja resiliência não se equipara ao 'Dzanza' e facilmente tombam quando submetidos ao teste de resiliência dos desastres naturais.

Sarampo mata 18 pessoas em Cabo Delgado

O director nacional de Saúde Pública, Quinhas Fernandes, revelou, na última semana, que menos 18 pessoas morreram em menos de 40 dias vítimas de Sarampo em Cabo Delgado. "O nosso país tem estado a registar de forma recorrente surtos de sarampo. Só nas últimas 24 horas, foram notificados 16 novos casos. O Sarampo é uma doença infecciosa viral aguda, transmitida por meio do contacto directo, através de gotículas expelidas pelos pacientes que estão infectados, quando tossem ou quando expiram", declarou Quinhas



Dinheiro da campanha chega às contas dos partidos com 13 dias de atraso

Partidos que não conseguirem justificar uso do dinheiro não receberão 2^a e 3^a tranche

Ministério da Economia e Finanças já depositou nas contas da Comissão Nacional de Eleições o montante para financiar a campanha eleitoral dos partidos para as Eleições Gerais de Outubro próximo. Por sua vez, a instituição presidida por Dom Carlos Matsinhe começou, na última semana, a desembolsar dinheiro aos partidos políticos e candidatos, para a campanha eleitoral, que arranca já dia 24 de Agosto, embora com atraso de 13 dias.

Evidências

Depois das reclamações dos partidos da oposição da oposição sobre o atraso da disponibilização de fundos para a campanha eleitoral, apontando que este fenômeno prejudicaria sobremaneira a sua logística, o Executivo já disponibilizou os fundos.

De acordo com a Comissão Nacional de Eleições, no total são 260 milhões de meticais para alocar aos 38 concorrentes, correspondentes a 37 formações políticas, das quais três suportam candidatos a Presidente da República e um independente.

Os três partidos com acento parlamentar irão receber cada 40 milhões de meticais, enquanto o candidato independente Venâncio Mondlane irá receber 21 milhões de



meticais. Os restantes partidos vão receber valores que variam de um a 10 milhões de meticais. Os fundos para a campanha eleitoral serão desembolsados em três prestações, sendo que a primeira será de 50% do total calculado para cada.

A CNE explicou, por outro lado, que as outras duas tranches só poderão ser disponibilizadas após apresentação de comprovativos de uso do valor da primeira tranche.

Os partidos com assento parlamentar, nomeadamente, Frelimo, Renamo e MDM, vão receber 40 milhões de meticais, dos quais mais da metade será usada para financiar a campanha dos candidatos.

Refira-se que para justificar o uso dos fundos, a lei elege comunicativos de aquisição de materiais de propaganda, textos ou reportagens publicadas em órgãos públicos ou privados, despesas de viagens e outros expedientes.

Dom Carlos Matsinhe promete fazer de tudo para CNE não ser protagonista nas eleições gerais

s moçambicanos serão chamados às urnas, no dia 09 de Outubro do ano em curso, para escolher o sucessor de Filipe Nyusi na Ponta Vermelha, Governadores provinciais, deputados da Assembleia da República e das Assembleias provinciais. Quando se caminha a passos largos do processo, o presidente da Comissão Nacional de Eleições, Dom Carlos Matsinhe, prometeu fazer de tudo para a instituição por si liderada não ser protagonista do pleito eleitoral. Por sua vez, o presidente do Tribunal Supremo, Adelino Muchanga, reiterou que a separação de poderes é um princípio inegociável do Estado de Direito.

Duarte Sitoe

Falando à margem do Seminário de Capacitação de Magistrados Judiciais, do Ministério Público, e Oficiais do SERNIC, em Matéria de Ilícitos e Contencioso Eleitoral, o homem de Deus emprestado à política garantiu que a lei será cumprida durante o processo eleitoral.

Aliás, Dom Carlos Matsinhe garantiu que a instituição por si liderada fará de tudo para não ser protagonista nas eleições de Outubro próximo.

"Somos chamados a servir por uma forma a evitar a ocorrência de conflitos pós-eleitorais nas eleições gerais do presente ano. Toda a informação que recebemos em relação às eleições precisa de ser avaliada, nossa responsabilidade é garantir que a lei seja cumprida e respeitada, e de tudo fazer para

evitar sermos protagonistas do processo", declarou Matsinhe, para depois referir que não há como realizar eleições sem dinheiro.

"Pode-se realizar eleições sem dinheiro? Eu acho que não se realizam eleições sem dinheiro", disse, Dom Carlos Matsinhe.

Recentemente, as bancadas parlamentares da Frelimo e da Renamo aprovaram a revisão da Lei Eleitoral, retirando o poder de ordenar a recontagem de votos em casos de ilícitos eleitorais aos Tribunais Judiciais do Distrito.

Relativamente a esta matéria, o presidente do Tribunal Supremo, Adelino Muchanga, referiu que órgão que preside vai respeitar o princípio de separação de poderes.

"A separação de poderes é um princípio inegociável do Estado de Direito. Esse princípio pressupõe que cada poder



actue de forma independente no exercício das suas funções", declarou Adelino Muchanga.

Ainda na sua intervenção na abertura do Seminário de Capacitação de Magistrados Judiciais, do Ministério Público, e Oficiais do SERNIC, em Matéria de Ilícitos e Contencioso Eleitoral, defendeu que é responsabilidade de todos zelar pela independência do sector judiciário.

"No actual cenário, com a recente aprovação da lei eleitoral vai se exigir dos Tribunais um grande esforço para a prevenção da imparcialidade e integridade do processo eleitoral. É nossa responsabilidade zelar não só pela independência do sector judicial mas também pela autonomia na actuação do judiciário", destacou.

DESPORTO EVIDÊNCIAS 20 DE AGOSTO DE 2024

Selecção Feminina de basquetebol a caminho do México

Depois de sucessivos adiamentos, uma parte das jogadoras da selecção sénior feminina de basquetebol viajou, na tarde de hoje, para o México, onde vai disputar o torneio de pré-qualificação para o Campeonato do Mundo da modalidade. A outra parte das jogadoras incluindo a equipa técnica irá viajar amanhã.



E o véu que tapa a vergonha nacional veio de fora

FIBA pagou passagens aéreas para evitar desistência de Moçambique da qualificação para o Mundial

Federação Moçambicana de Basquetebol precisava de 200 mil dólares para viabilizar a participação da selecção nacional sénior feminina no torneio de pré-qualificação no Campeonato do Mundo da modalidade que vai ser disputado no México. Na última sexta-feira, 15 de Agosto, a delegação nacional fez-se ao Aeroporto Internacional de Maputo com objectivo de seguir viagem, mas tal não aconteceu devido a questões administrativas relacionadas com a emissão dos bilhetes. No entanto, o combinado nacional só seguiu viagem graças à boa vontade da Federação Internacional de Basquetebol (FIBA) que pagou as passagens aéreas para evitar a desistência de Moçambique do certame, tapando assim a vergonha nacional que estava prestes a ser consumada.

Duarte Sitoe

A selecção nacional de basquetebol sénior feminina já se encontra no México com o objectivo de participar no torneio de pré-qualificação para o Campeonato do Mundo da modalidade. Contudo, a participação do combinado nacional naquele certame esteve tremida devido a questões de ordem financeira.

"A selecção sénior feminina de basquetebol tinha uma agenda de trabalho que foi cumprida na íntegra, em termos de preparação até hoje. Tínhamos previsto partir para os Estados Unidos da América (EUA) para o pré-estágio, o que não aconteceu por dificuldades financeiras que temos enfrentado", explicou Paulo Mazivila, presidente da Federação Moçambicana de Basquetebol, para depois referir que a instituição por si liderada tinha um défice de 200 mil dólares.

"Marcamos a nossa viagem para amanhã (dia 14 de Agosto), mas estamos com inúmeras dificuldades financeiras. Neste momento, estamos com um défice de 200 mil dólares norte-americanos, valor que deveria cobrir as despesas referentes à nossa participação na prova."

Devido à falta de fundos, a FMB ponderou desistir da prova, uma vez que não teve luz verde nas conversas que teve com a Secretaria de Estado de Desporto através do Fundo de Promoção Desportiva.

No entanto, face à posição de Moçambique, a Federação Internacional de Basquetebol (FIBA – Mundo) viu-se obrigada a entrar em cena para evitar graves problemas desportivos e económicos que surgiriam da eventual desistência de Moçambique na competição que decorre no México.

O actual presidente do Comité Olímpico de Moçambique, segundo o Jornal Desafio, foi quem orientou o presidente da Federação Moçambique de Basquetebol para comunicar a Federação Internacional de Basquetebol que a selecção nacional da modalidade da bola ao cesto não ia fazer parte do torneio de pré-qualificação para o Campeonato do Mundo da modalidade.

Perante as dificuldades apresentadas pela instituição que chancela o basquetebol em Moçambique, a FIBA-Mundo decidiu as passagens aéreas para evitar a desistência de Moçambique do certame.

Com esta decisão, a Federação Internacional de Basquetebol evitou um enorme prejuízo financeiro, uma vez que, para além de ter esgotado os bilhetes para o jogo entre México e Moçambique, vendeu os direitos televisivos da competição.

A selecção nacional não terá tempo para descansar, uma vez que aterrar no México faltando poucas horas do embate com o país anfitrião,



sendo que a delegação nacional vai chegar dividida.

De referir que Tamara Seda, jogadora que actua no Araski Basket da Espanha, vai desfalcar Moçambique no torneio de pré-qualificação para o Campeonato do Mundo de Basquetebol. A atleta apoiou-se nas questões pessoais para não seguir viagem com o combinado nacional.

PUBLICIDADE



LIGUE: +258 86/84 6625701 • 87 308 8729

Stewart Sukuma regressa à Austria para um show de diálogo entre culturas

O músico e activista, Stewart Sukuma, voltou à Áustria, para um espectáculo colaborativo ao lado do músico austríaco Christian Wirth e da orquestra Chameleon. No show que teve lugar no dia 19 de Agosto corrente, na cidade de Sankt Florian, prestou um tributo ao compositor e organista austríaco, Anton Bruckner. O espectáculo configurou-se como uma proposta de viagem pelas músicas do mundo, permitindo uma partilha honesta e orgânica entre Moçambique e Áustria ou África e Europa.



Namaacha volta a entrar no radar do Hip Hop moçambicano

NMC Rapper's encorajados com receptividade do seu primeiro álbum "Juntos Somos + Forte"

Namaacha Rappers (NMC Rapper's), composto por oito membros, nomeadamente Alabarba, Caló Mats, Coon, Small, AP, B Jamp, Snooz, Big Mack e Gring On, lançou, no passado dia 27 de Agosto, em Namaacha, cidade que os viu a crescer, sua primeira obra discográfica intitulada "Juntos Somos + Forte". Composto por catorze faixas musicais, o álbum do género Hip Hop, tem predominância do ritmo Rap e RnB. Com mensagem poderosa de união e resiliência, este álbum promete tocar o coração dos amantes deste estilo musical e estabelecer o grupo como uma força emergente na cena musical. O álbum celebra a força da comunidade de Namaacha e a importância da solidariedade em tempos desafiadores, que se vive nos últimos tempos no país.

Elísio Nuvunga

Numa curta entrevista ao Evidências, Alabarba, um dos integrantes mais activos do grupo, conta que o álbum "Juntos Somos + Forte" é uma miscelânea de temas que procuram resgatar alguns valores, desde o sentido patriótico, amor ao próximo, educação financeira e luta contra o suicídio, um dos maiores flagelos da actualidade. É também objectivo do grupo, com o álbum, influenciar de forma positiva para o desenvolvimento do país através da arte.

"A vida em sociedade é em si uma inspiração para qualquer artista. Nós em particular, por

termos vivido nas montanhas da Namaacha, temos inspiração de sobra (Risos). Boa parte dos NMC Rappers fez parte de uma geração que se beneficiou de brincadeiras e episódios de diversão na era analógica. O que nos inspirou a esta obra em particular é o actual momento digital extremo em que vivemos e suas consequências para com o contrato social tradicional. Há um novo contrato social digital capitalista. As televisões reportam aumento de casas de apostas, jogos de sorte e azar, há cada vez mais casos de depressão, o amor já não



tem o mesmo valor e, o significado da vida é questionado. A nossa motivação partiu desta miscelânea que divide a sociedade", descreve.

Com pouco tempo no mercado, o álbum já conta com uma aceitação significativa nos amantes da cultura HipHop e não só. Para além das vendas, o grupo já conta com algumas solicitações para shows quer a nível nacional, como internacional. Numa primeira fase estão previstas para as cidades de Maputo, Matola, Eswatine e vizinha África do Sul.

"O álbum procura resgatar

alguns valores sociais, desde o sentido patriótico, amor ao próximo, luta contra o suicídio. Isso facilitou a aceitação do nosso produto, porque as pessoas se identificam com os temas abordados. Daqui para frente vai seguir uma onda de shows em Maputo, Matola, Eswatine e África do Sul. Importa salientar que neste momento decorrem trabalhos de filmagem de alguns vídeos clipes", destaca Alabarba.

NMC Rapper's é a designação de uma coligação de rappers, contando para além dos MCs com produtores, grafitei-

ros, Dj's e outros elementos da cultura Hip-Hop, oriundos das cadeias montanhosas dos Libombos, Município da Na-

Este movimento visa, segundo o agrupamento, essencialmente promover pelo mundo fora a divulgação de conteúdos musicais e não só, de modo geral enaltecer as potencialidades intelectuais dos artistas e culturais do distrito de Namaacha.

"O álbum é composto por temas vividos por todos, no ciclo acual moçambicano, considerando os principais eventos e momentos, narrados na primeira pessoa do plural, apenas para permitir que a mensagem chegue ao receptor com o sentimento típico de quem está consciente das imperfeições da nossa sociedade e tentar um pouco mais de proximidade, nessa comunicação", destacou.

Importa salientar que antes do lançamento da obra discográfica, o grupo já contava com trabalhos colaborativos individuais para além de uma Extend Play (EP) denominada "Retorno", lançado no ano passado. Actualmente o grupo está trabalhar na produção de videoclipes do álbum.

Jairoce lança "A Mulher e o Comércio Informal Transfronteiriço - Mukhero no Sul de Moçambique"

capital moçambicana, Maputo, será, no dia no do "mukhero". 22 de Agosto em curso, palco do lançamento do livro da autoria de Prof. Doutor Jorge Fernando Jairoce intitulado "A Mulher e o Comércio Informal Transfronteiriço -Mukhero no Sul de Moçambique". A obra que irá ao mercado com o selo da Gala Gala Edições é composta por 178 páginas e surge na sequência de uma pesquisa para o trabalho de doutoramento, defendido em 2016.

Evidências

De acordo com a Gala Gala Edições, o livro "A Mulher e o Comércio Informal Transfronteiriço - Mukhero no Sul de Moçambique"

faz uma análise profunda e esclarecedora sobre a dinâmica do comércio informal transfronteiriço, especificamente centrado no fenóme-

"A obra visa responder a questões cruciais como a definição do mukhero e as suas origens, examinando quando e como esse comércio emergiu na região. Além disso, o autor investiga as características dos participantes do mukhero, os quais são predominantemente mulheres, destacando as suas experiências e desafios. O livro também aborda o papel das instituições governamentais, analisando como elas regulam e impactam essa prática

económica, vital para muitas comunidades locais. Com uma abordagem rica e informativa, a obra de Jairoce é um importante contributo para o entendimento das interações económicas e sociais no Sul de Moçambique, e certamente, do país", explica a editora através de um comunicado.

Para José Rivair Macedo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que assina o prefácio do livro, a obra de Jairoce visa dar visibilidade as actividades que ficaram no anonimato durante muito tempo.

Jorge Fernando Jairoce nasceu em Sofala, 1981. É Doutor em História com especialização em Relações Político-Institucionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). É, actualmente, docente no Programa de Doutoramento em História de África na Universidade Pedagógica de Maputo, pesquisador e possui artigos científicos e de opinião publicados em Moçambique e Brasil.





Gil Aníbal em rota de colisão com o INP

Apresentou queixa crime e exige indemnização de mais de um bilhão de meticais

epois das informações postas a circular dando conta de que fez desaparecer um flash (USB) do Instituto Nacional de Petróleo (INP) contendo informações confidenciais da TotalEnergies e que passa mais tempo nos debates do que no trabalho, chegando, supostamente, ao ponto de ameaçar os dirigentes da instituição alegadamente por seu próximo do Presidente Nyusi, Gil Aníbal decidiu, semana finda, apresentar uma queixa crime contra o Instituto Nacional de Petróleos e alguns dos seus dirigentes, exigindo uma compensação de mais de um bilhão de meticais.

Evidências

O Instituto Nacional de Petróleo (INP) e Gil Aníbal, membro da Frelimo que nos últimos anos se notabilizou na defesa de Filipe Nyusi em vários fóruns, estão em rota de colisão e o caso vai agora se arrastar pelos tribunais.

Por entender que foram cometidos vários tipos de crime contra si, com destaque para calunia e difamação, devido a exposição na imprensa de informações sobre um suposto processo disciplinar que corre contra si, Gil Aníbal decidiu apresentar uma queixa crime contra os membros da direcção do Instituto Nacional de Petróleo e os seus colegas.

No entender de Aníbal, alguns membros da administração do Instituto Nacional de Petróleo abusaram de suas posições para promover calúnia, difamação, perseguição e conspiração interinstitucional, sendo que acusa os colegas dos mesmos crimes.

Em caso da justiça decidir ao seu favor, Aníbal que é can-

didato a candidato a deputado da Assembleia da República, tem tudo para engrossar a lista dos empresários em Moçambique.

Perante a esta situação, Aníbal pede uma indemnização de um metical por cada ano de serviço prestado ao INP o que, de certa forma, poderá totalizar 1,25 bilhões de meticais, sendo que o superior hierárquico da Direcção de Avaliação de Recursos do INP também deverá de forma isolada pagar uma quantia de 250 milhões de meticais em caso de condenação.

Por outro lado, exige que o Instituto Nacional de Petróleo instaure um processo disciplinar contra os membros do Conselho de Administração, com uma multa de 0,5 meticais por cada ano de serviço prestado à Direcção de Avaliação de Recursos do Instituto. O valor total de aproximadamente 8 meticais corresponde aos 8 anos de serviço na instituição.

Segundo a queixa crime



que o Evidências teve acesso, Gil Aníbal decidiu processar os membros da direcção do INP, apoiando-se na exposição indevida da instituição em assuntos que considera não serem pertinentes.

Antes da queixa-crime, Gil Aníbal submeteu uma exposição de 10 páginas no gabinete do PCA do INP, Nazário Bangalane, apresentando mensagens enviadas por seus colegas na plataforma WhatsApp.

Ainda na referida carta, Aníbal revelou que estava a sofrer perseguição que começou quando foi impedido de aceder às instalações do Instituto Nacional de Petróleo desde Março passado, onde as suas credenciais biométricas foram limitadas entre 7h00-16h00, ou seja, o período normal do expediente naquela instituição chancelada pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

Refira-se que, segundo escreveu o semanário Canal de Moçambique, há dias, Gil Aníbal é acusado pela direção do INP de estar a usar o facto de ser comentador afecto ao gabinete de propaganda da Frelimo para faltar ao trabalho e simplesmente receber de graca.

Segundo consta da referida matéria, Gil Aníbal terá chegado a ponto de ameaçar diretores e administradores de informar sobre eles ao partido para serem demitidos se continuassem a exigir-lhes pontualidade e assiduidade.

Terão sido estes comportamentos, segundo o jornal, que levaram a direção do INP a abrir um processo disciplinar contra este, acusado de fraco desempenho profissional, baixos níveis de assiduidade e falta de respeito para com os seus superiores hierárquicos, caracterizado por manifesta insubordinação.

Terá sido o vazamento deste processo disciplinar e a acusação de roubo de flash que fizeram transbordar o copo.

- PUBLICIDADE

Confie na Codebaz para desenvolver o software que vai revolucionar seu negócio.

Inovação e qualidade em cada linha de código!.